



COOPERAÇÃO  
PORTUGUESA

**IPAD** Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento

# RELATÓRIO ANUAL DA AVALIAÇÃO E DA AUDITORIA INTERNA 2009



Março de 2010



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

### *Ficha técnica*

**Título:**

Relatório Anual da Avaliação e da Auditoria Interna

**Autores:**

GAAI

**Edição:**

Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna  
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento  
Ministério dos Negócios Estrangeiros

**Contacto:**

Av. da Liberdade, 192, 6º 1250-147 Lisboa  
Tel. (351) 21 317 67 00

**Website:**

<http://www.ipad.mne.gov.pt>

**ÍNDICE**

<b>ACRÓNIMOS.....</b>	<b>4</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
1.1. LIÇÕES APRENDIDAS .....	6
1.2. ACTIVIDADES DE AVALIAÇÃO .....	8
1.3. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO .....	10
1.4. ACOMPANHAMENTO E SEGUIMENTO DA AVALIAÇÃO.....	11
1.5. PARTICIPAÇÃO NOS FORA INTERNACIONAIS .....	13
1.6. CAPACITAÇÃO EM AVALIAÇÃO.....	13
1.7. PRODUÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE AVALIAÇÃO .....	13
1.8. AVALIAÇÕES CONCLUÍDAS EM 2009.....	15
<b>2. AUDITORIA INTERNA.....</b>	<b>19</b>
2.1. ACTIVIDADES DE AUDITORIA.....	19
2.1.1. DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FERRAMENTAS DE GESTÃO.....	19
2.1.2. ACOMPANHAMENTO DE AUDITORIAS EXTERNAS.....	20
2.2. PRODUÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA .....	20
<b>3. RECURSOS DISPONÍVEIS .....</b>	<b>21</b>
3.1. RECURSOS FINANCEIROS.....	21
3.2. RECURSOS HUMANOS .....	21
<b>ANEXOS.....</b>	<b>22</b>
ANEXO A – FICHAS DO CONTRADITÓRIO E DE SEGUIMENTO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO PORTUGAL CABO VERDE (2002-2007) .....	22
ANEXO B – FICHA DO CONTRADITÓRIO E DE SEGUIMENTO DA AVALIAÇÃO DE TRÊS INTERVENÇÕES NO SECTOR DA EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU.....	39
ANEXO C – FICHA DO CONTRADITÓRIO E DE SEGUIMENTO DA AVALIAÇÃO DE “OS DIAS DO DESENVOLVIMENTO” 08.....	60
ANEXO D – FICHA DO CONTRADITÓRIO DA AVALIAÇÃO DE “OS DIAS DO DESENVOLVIMENTO” 09 .....	62

## **ACRÓNIMOS**

BM – Banco Mundial  
CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento  
CE – Comissão Europeia  
CP – Cooperação Portuguesa  
CPC – Conselho de Prevenção da Corrupção  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CV – Cabo Verde  
DEReC – DAC Evaluation Resource Centre  
DSCGI – Direcção de Serviços de Cooperação Geográfica I  
DSCGI \_ Direcção de Serviços de Coordenação Geográfica I  
GAAI – Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna  
GB – Guiné-Bissau  
GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais  
GSENEC – Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação  
INA – Instituto Nacional de Administração  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento  
IPDET – International Program on Development Evaluation Training  
LP – Língua Portuguesa  
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros  
NONIE – Network of Networks on Impact Evaluation  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
ODD – Os Dias do Desenvolvimento  
ONG – Organização Não Governamental  
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PIC – Programa Indicativo de Cooperação  
PICATFin – Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas  
QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização  
RAAI – Relatório da Avaliação e Auditoria Interna  
SEA – Sociedade Europeia de Avaliação  
STP – São Tomé e Príncipe  
TC – Tribunal de Contas  
TdR – Termos de Referência  
UE – União Europeia

## Prefácio

Na última década, e em particular desde 2005, intensificou-se o debate internacional sobre a eficácia da ajuda e o papel dos doadores na promoção do desenvolvimento. Enquanto política pública, a cooperação portuguesa confronta-se com a necessidade de demonstrar eficácia e eficiência na utilização de recursos escassos. É necessário medir melhor os resultados e efeitos da política de cooperação e a forma como são usados os recursos públicos. Estes aspectos são centrais na avaliação. Acresce que o relatório do GAAI de 2009 tem como pano de fundo a crise financeira internacional e o declínio do crescimento.

O desenvolvimento é um processo complexo em que os resultados alcançados se devem à conjugação de muitos factores. Identificar os efeitos da cooperação para o desenvolvimento é um desafio difícil e é-o ainda mais quando existe uma grande variedade de actores no terreno. Num contexto de crise, a ajuda é um recurso ainda mais vital nas economias dos países parceiros e, também por isso, importa que seja eficaz.

Portugal é um pequeno doador no contexto da cooperação internacional. Por isso, são poucas as situações em que podemos dizer que um efeito é um resultado do apoio português, mas podemos dizer que contribuímos para o resultado. Determinar o impacto de longo prazo é sempre um desafio dada a existência de muitos factores em jogo. Porém, em alguns dos tradicionais países parceiros Portugal é um grande e mesmo o principal doador. E é sobretudo nesses que o desafio da avaliação é maior: identificar efeitos e impactos da cooperação portuguesa, saber o que funciona bem e o que não funciona, reforçando ou modificando a nossa intervenção, em suma promover a eficácia da ajuda e identificar o contributo de Portugal na promoção do desenvolvimento dos nossos parceiros.

Este relatório mostra os resultados da avaliação à Cooperação Portuguesa e tem como objectivos identificar os factores chave que influenciam o sucesso das suas intervenções e fazer o balanço das actividades de avaliação e auditoria interna realizadas em 2009. Apresenta alguns resultados específicos e lições aprendidas, bem como o nível de incorporação das recomendações das avaliações realizadas. Os resultados da avaliação identificam progressos no desempenho da cooperação portuguesa mas há ainda um longo caminho a percorrer, quer em termos metodologias e de técnicas de avaliação, em particular na avaliação de impacto, quer na utilização dos resultados das avaliações e no alcançar de resultados. Continuaremos a trabalhar para os melhorar e para apoiar a criação de capacidade local em matéria de avaliação.

Manuela Afonso  
GAAI



## Introdução

O Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna é responsável por apresentar um relatório anual sobre o progresso das suas actividades de avaliação e de auditoria.

O GAAI tem a responsabilidade de avaliar toda a Cooperação Portuguesa e auditar as actividades prosseguidas pelo IPAD ou pelas quais o Instituto seja responsável. A avaliação e a auditoria interna são funções compatíveis entre si, uma vez que através delas e das suas sinergias é possível potenciar a aprendizagem sobre a eficácia e o impacto da actividade da Cooperação Portuguesa. Promovem a melhoria contínua do desempenho e dos resultados alcançados. Finalmente, permitem também garantir a prestação de contas perante os contribuintes sobre a forma como foram geridos os recursos do erário público.

O presente relatório abrange as actividades de avaliação e auditoria desenvolvidas durante o ano de 2009. O seu objectivo é sistematizar a informação, sintetizar os resultados e as constatações resultantes da actividade do GAAI, procurando promover a partilha de conhecimento e acrescentar valor às actividades da Cooperação Portuguesa.

## 1. Avaliação

### 1.1. Lições aprendidas

As principais lições aprendidas com os exercícios de avaliação concluídos durante o ano de 2009, foram:

#### **1ª Lição: Reforçar os mecanismos de concepção e acompanhamento**

Os mecanismos de concepção e acompanhamento das intervenções de desenvolvimento da Cooperação Portuguesa têm vindo a ser aperfeiçoados nos últimos anos. Contudo, há ainda trabalho a desenvolver apostando numa gestão centrada nos resultados. Como se verificou na avaliação da cooperação com Cabo Verde, os projectos/programas que tiveram uma maior taxa de execução foram aqueles que tinham fichas de projecto detalhadas (identificação clara dos objectivos a atingir, dos indicadores e metas) e que tiveram um acompanhamento regular.

#### **2ª Lição: Explorar novos instrumentos/mecanismos de cooperação**

A Cooperação Portuguesa deve explorar novos mecanismos, modalidades e instrumentos de ajuda, que lhe permitam alcançar de forma mais eficaz e eficiente os seus objectivos. Reforçar o



apoio directo ao orçamento, sempre que as condições o permitam, como é o caso de Cabo Verde, potenciar a cooperação triangular, como também se recomendou na avaliação da cooperação com Cabo Verde, e implementar abordagens sectoriais integradas, como se recomenda na avaliação da Educação na Guiné-Bissau, poderão ser formas de aumentar a eficácia da Cooperação Portuguesa.

### **3ª Lição: Fortalecer a capacidade de coordenação da Cooperação Portuguesa**

Face ao carácter algo disperso da Cooperação Portuguesa, é crucial garantir a existência de mecanismos de coordenação que contribuam directamente para uma execução eficaz. Na maior parte das intervenções avaliadas, detectou-se descoordenação entre os vários executores e o IPAD, o que prejudicou a implementação. No caso da Guiné-Bissau, concluiu-se ser necessário criar mecanismos de coordenação em todas as fases da intervenção, desde a concepção à execução. Quanto a Cabo Verde, os avaliadores consideraram ser evidente a ausência de um quadro bem definido de divisão de competências entre o organismo coordenador e os ministérios sectoriais.

### **4ª Lição: Reforçar a descentralização da Cooperação Portuguesa**

A eficácia da Cooperação Portuguesa poderia aumentar se fosse efectivamente implementada a sua descentralização com a criação de delegações locais. No caso de Cabo Verde, os avaliadores recomendam o reforço do poder de decisão local, através da transferência progressiva para o terreno da capacidade de identificação e proposta dos programas de cooperação e a sua respectiva gestão e avaliação.

### **5ª Lição: Uma nova perspectiva sobre a sustentabilidade (estratégia de saída)**

A sustentabilidade das intervenções de desenvolvimento deve ser pensada a muito longo prazo, sobretudo nos países parceiros considerados Estados frágeis. A perspectiva deve ser a 20/30 anos e não a curto prazo. A curto prazo, a maior parte das intervenções não são sustentáveis.

No caso do projecto da Faculdade de Direito de Bissau, já com cerca de vinte anos, a sustentabilidade tem vindo a aumentar através do aumento de número de docentes mestres, contando já com um doutorado.

No que diz respeito à avaliação da Cooperação na área da Estatística, a falta de sustentabilidade tem causas muito diversas que se situam muitas vezes para além dos constrangimentos associados ao desenvolvimento das acções. À insuficiência de recursos financeiros e técnicos para posterior desenvolvimento continuado da recolha de dados e produção estatística, à elevada rotatividade dos técnicos verificada na maioria dos países parceiros (aspecto não negligenciável em quase todas as áreas em que a cooperação portuguesa intervém) e às dificuldades de adaptação a novos contextos da realidade



socioeconómica que se pretende analisar, aliam-se outros factores, de natureza mais externa às instituições, como a instabilidade política (com influência na regularidade da produção estatística), as alterações que ocorrem nas metodologias e instrumentos utilizados internacionalmente, as dificuldades de obtenção de respostas aos inquéritos lançados ou a necessidade de actualização permanente de conhecimentos.

## 1.2. Actividades de avaliação

No ano de 2009, realizaram-se, no âmbito da avaliação da cooperação portuguesa, as seguintes actividades:

- **Avaliação da Cooperação Portuguesa na área da Estatística (1998-2008):** a avaliação teve início no primeiro trimestre de 2009. A fase de trabalho de campo realizou-se em Maio/Junho, com deslocações aos PALOP. A avaliação ficou concluída com a apresentação e entrega do relatório final da avaliação, em Dezembro de 2009.
- **Avaliação da Cooperação no Sector da Justiça (2000-2009):** Para a elaboração dos TdR, foi necessário um longo período de articulação entre os vários interessados, devido fundamentalmente a dificuldades de contacto com o executor. A avaliação teve início em Dezembro de 2009, após concurso público e adjudicação à equipa de consultores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Foi iniciada a fase documental prevendo-se a conclusão da avaliação no 2º semestre de 2010.
- **Avaliação do Programa de Cooperação Técnico-Policial em Cabo Verde:** esta avaliação é um exercício conjunto do Ministério da Administração Interna e do IPAD (DSCGI e GAAI). Iniciou-se em Novembro de 2009, com a elaboração dos TdR e a preparação da fase de trabalho de campo, prevista para Janeiro de 2010. A apresentação do relatório final desta avaliação está prevista para Março de 2010.
- **Avaliação Intercalar do PICATFin:** este exercício de acompanhamento (não se trata de uma avaliação propriamente dita) é da iniciativa e responsabilidade do GPEARI do Ministério das Finanças. O IPAD integrou a missão que se realizou a São Tomé, no mês de Novembro. Irá igualmente integrar a missão que se vai realizar a Cabo Verde, em Fevereiro de 2010.
- **Avaliação do Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste (2003-2009):** a elaboração dos TdR para esta avaliação iniciou-se em Agosto de 2009, com a

realização de várias reuniões com os serviços responsáveis pelo programa. O processo de adjudicação teve início em Janeiro de 2010.

- **Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação com Moçambique (2007-2010):** os TdR foram elaborados no segundo semestre de 2009, devendo a sua adjudicação ocorrer no segundo trimestre de 2010.
- **“Os Dias do Desenvolvimento 09”:** o evento teve lugar nos dias 28 e 29 de Abril de 2009, no Centro de Congressos de Lisboa. À semelhança do ano anterior, esta avaliação foi um exercício interno, realizada pelo GAAI, tendo por base um questionário às organizações participantes e aos visitantes do evento. O seu relatório final foi apresentado em Julho de 2009.
- **Auto-avaliação de Portugal no quadro da implementação do Código de Conduta da UE:** este exercício, realizado no âmbito da implementação do Código de Conduta da UE, aprovado em 2007, iniciou-se em 2008. O relatório final desta auto-avaliação foi entregue em Dezembro de 2009.
- **Exame de Portugal pelo CAD/OCDE:** o CAD vai realizar o Exame da Cooperação Portuguesa em 2010. Nesse sentido, os trabalhos preparatórios desse exercício tiveram início no último trimestre de 2009.
- **Plano de Avaliação 2010-2013:** foi elaborado um novo plano de avaliação para o período 2010-2013. Esse plano foi elaborado com os contributos das restantes unidades orgânicas do Instituto.

Relativamente ao previsto no Plano de Avaliação para 2009, apenas não foi realizada a seguinte actividade de avaliação:

- **Avaliação do Ensino Profissionalmente Qualificante em São Tomé e Príncipe:** apesar da realização desta avaliação ter sido prevista para 2009, a sua realização foi cancelada. Esta decisão prendeu-se com o facto de a intervenção a ser avaliada ter sido integrada num novo projecto, o “Escola +” e, por isso, não se justificar realizar uma avaliação para orientar o seu futuro.

**Quadro 1 – Actividades de avaliação realizadas em 2009**

Actividade	Início	Conclusão
<b>Avaliação da Cooperação Portuguesa na Área da Estatística</b>	Jan. 08	Dez. 09
Avaliação da Cooperação Portuguesa no Sector da Justiça	Out. 08	-
Avaliação do Programa de Cooperação Técnico-Policial em Cabo Verde	Dez. 09	Mar. 09
Avaliação Intercalar do PICATFin	Nov. 09	-
<b>Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação com Moçambique</b>	Set. 09	-
Avaliação do Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste	Ago. 09	-
<b>Auto-avaliação de Portugal no quadro da implementação do Código de Conduta da UE</b>	Out.08	Dez. 09
Avaliação de “Os Dias do Desenvolvimento”	Mai. 09	Jul.09
Exame de Portugal pelo CAD/OCDE	Out. 09	-
Plano de Avaliação 2010-2013	Jul. 09	Jul. 09

### 1.3. Comunicação e divulgação

São vários os canais utilizados para a comunicação e divulgação dos resultados da avaliação com as restantes unidades orgânicas do IPAD, entidades executoras, países parceiros e público em geral, desde o e-mail até à realização de workshops de apresentação dos resultados das avaliações.

No âmbito da avaliação da Cooperação Portuguesa na área da Estatística realizaram-se dois workshops, um para apresentação do relatório da fase de trabalho de gabinete, no dia 9 de Junho, e outro para apresentação do relatório final, a 15 de Dezembro de 2009. Estes workshops permitiram a participação e envolvimento de todos os detentores de interesse, que puderam assim contribuir para corrigir e melhorar o trabalho de avaliação. A distribuição do relatório final, por correio/e-mail pelas Embaixadas e países parceiros, acontecerá no início de 2010.

Quanto à avaliação de “Os Dias do Desenvolvimento 09”, o relatório final foi enviado por e-mail a todas as entidades que participaram no evento.

A página do site do IPAD dedicada ao GAAI foi remodelada. Os conteúdos aí disponibilizados foram revistos e actualizados assim como a forma como estavam organizados, tornando mais prática a sua consulta. Com esta revisão, pretendeu-se disponibilizar informação actualizada e

pertinente sobre avaliação e auditoria interna e facilitar o acesso aos documentos específicos da actividade do GAAI.

O processo de elaboração dos TdR é caracterizado por ser um processo participativo, no qual são envolvidos todos os detentores de interesse. Foi o que aconteceu com os TdR elaborados em 2009. Todos eles foram enviados aos detentores de interesse para permitir que o seu contributo pudesse ser incluído na versão final e que se revissem nas questões a avaliar.

#### 1.4. Acompanhamento e seguimento da avaliação

Como definido nas **Directrizes para a Divulgação e Assimilação de Ensinos da Avaliação**, após a conclusão de uma avaliação é enviada a todas as partes envolvidas a Ficha do Contraditório, com as recomendações formuladas na avaliação e onde devem expressar se aceitam ou não essas recomendações, justificando sempre que não aceitem uma recomendação. Assim, relativamente às avaliações concluídas em 2009:

- **Avaliação da Cooperação Portuguesa na Área da Estatística:** como o processo de avaliação ficou concluído no final de Dezembro de 2009, só foi possível enviar a Ficha do Contraditório em 2010.
- **Avaliação de “Os Dias de Desenvolvimento”:** a ficha de contraditório foi enviada após a publicação do relatório final, em Julho de 2009.

**Quadro 2 – Fichas do Contraditório**

Ficha do Contraditório	Data de Envio
Avaliação de “Os Dias do Desenvolvimento 09”	Jul. 09
<b>Avaliação da Cooperação Portuguesa na Área da Estatística</b>	Dez. 09

Cerca de um ano após a conclusão da avaliação é enviada uma ficha de seguimento, através da qual se faz o seguimento da implementação das recomendações da avaliação. Ela é enviada a todos os que preencheram a ficha do contraditório e permite apreciar aquilo que foi efectivamente feito relativamente às recomendações da avaliação. Neste sentido, foram enviadas as fichas de seguimento constantes no quadro nº 3.

### Quadro 3 – Fichas de Seguimento

Ficha de Seguimento	Data de Envio
<b>Avaliação dos Programas de Cooperação Portugal – Cabo Verde (2002-2004 e 2005-2007)</b>	Jan. 09
Avaliação de Três Intervenções no Sector da Educação na Guiné-Bissau	Abr. 09
Avaliação de “Os Dias do Desenvolvimento 08”	Jul. 09

Através das fichas do contraditório e de seguimento é possível efectuar uma análise mais detalhada tanto do nível de aceitação como do nível de implementação das recomendações da avaliação. Esta análise pode ajudar a perceber o impacto real que as avaliações tiveram na implementação das intervenções de desenvolvimento avaliadas e a efectiva utilidade da avaliação.

Da análise das fichas do contraditório e de seguimento (que se apresentam em anexo)<sup>1</sup> é possível concluir (quadros 4 e 5) que:

- Foram aceites **82,5%** das recomendações, das quais **22,8%** apenas o foram parcialmente e **17,5%** não foram aceites;
- O nível total de implementação das recomendações (considerando apenas aquelas que foram aceites ou parcialmente aceites) foi de **93,6%** (**6,4%** não foram implementadas).

### Quadro 4 – Nível de Aceitação das Recomendações

Avaliação	Aceites		Parcialmente aceites		Não aceites		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Programa de Cooperação Portugal-Cabo Verde (2002-2004 e 2005-2007)	22	64,7%	4	11,8%	8	23,5%	34	100%
Avaliação de Três Intervenções no Sector da Educação na Guiné-Bissau (1998-2008)	5	33,3%	8	53,3%	2	13,3%	15	100%
Avaliação da 1ª Edição de “Os Dias do Desenvolvimento”	7	87,5%	1	12,5%	-	-	8	100%
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>59,6%</b>	<b>13</b>	<b>22,8%</b>	<b>10</b>	<b>17,5%</b>	<b>57</b>	<b>100%</b>

### Quadro 5 – Nível de Implementação das Recomendações

Avaliação	Implementadas		Parcialmente Implementadas		Não implementadas		Total*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Programa de Cooperação Portugal-Cabo Verde (2002-2004 e 2005-2007)	11	42,3%	14	53,8%	1	3,8%	26	100%
Avaliação de Três Intervenções no Sector da Educação na Guiné-Bissau (1998-2008)	4	30,8%	7	53,8%	2	15,4%	13	100%
Avaliação da 1ª Edição de “Os Dias do Desenvolvimento”	7	87,5%	1	12,5%	-	-	8	100%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>46,8%</b>	<b>22</b>	<b>46,8%</b>	<b>3</b>	<b>6,4%</b>	<b>47</b>	<b>100%</b>

\* não inclui as recomendações não aceites inicialmente

<sup>1</sup> Apenas foram analisadas as recomendações destinadas à Cooperação Portuguesa, visto que apesar de as fichas terem sido enviadas também as autoridades e parceiros locais estas não foram devolvidas preenchidas.

### 1.5. Participação nos fora internacionais

O GAAI participou na 9ª reunião da Rede de Avaliação do Desenvolvimento do CAD/OCDE (15 e 16 de Junho) e na reunião dos Chefes dos Serviços de Avaliação da UE (9 e 10 de Novembro).

No quadro da Rede de Avaliação, enviou o Plano de Avaliação para o CAD/OCDE, para além dos relatórios de avaliação, que foram enviados para o DERE C da mesma rede.

O IPAD é membro da Sociedade Europeia de Avaliação (SEA), continuando a receber a publicação trimestral dessa sociedade: *Evaluation: The International Journal of Theory, Research and Practice*. Além disso, recebe informação do 3ie (International Initiative for Impact Evaluation) e da NONIE (Network of Networks on Impact Evaluation).

### 1.6. Capacitação em avaliação

Uma das prioridades do GAAI é a capacitação, tanto dos técnicos do IPAD, como de outros actores da Cooperação Portuguesa, na avaliação da cooperação para o desenvolvimento.

A este nível, 2009 foi um ano importante, uma vez que se realizou um dos mais importantes e completos cursos de avaliação internacionais, o Mini-IPDET, uma versão condensada do *International Program on Development Evaluation Training*. Esse curso realizou-se em Lisboa, na semana de 2 a 6 de Novembro e foi ministrado por dois consultores do Banco Mundial, responsáveis pelo curso IPDET (mais completo e longo), na universidade de Carleton, no Canadá. Este curso, realizado em colaboração com o INA, revelou-se uma mais-valia para a Cooperação Portuguesa, não só devido à qualidade dos formadores e das matérias dadas mas porque envolveu um público alargado oriundo de vários ministérios, ONG, empresas, outros países doadores (Bélgica e Irlanda) e de um país parceiro, Cabo Verde. Todos os materiais de apoio estão disponíveis num site criado para o efeito (<http://sites.google.com/site/miniipdetlisboa2009/>).

### 1.7. Produção de documentação técnica sobre avaliação

No quadro das publicações do IPAD, foram criadas duas séries de publicações relacionadas com a Cooperação, tendo o GAAI participado activamente na sua criação e implementação: os **Documentos de Trabalho** e os **Apontamentos de Cooperação**.

Relativamente aos Documentos de Trabalho, foram elaborados dois documentos:

- **O Apoio ao Orçamento Geral – A avaliação conjunta no quadro do CAD/OCDE:** faz a descrição do processo desta avaliação conjunta, realizada no âmbito do CAD/OCDE, sintetizando as suas principais conclusões. Procura, também, identificar a possível influência que esta avaliação teve na evolução da utilização deste tipo de instrumento de ajuda.
- **Avaliação Interna vs Externa:** baseado numa revisão da literatura sobre a avaliação interna/avaliação externa e na própria experiência do GAAI, o documento pretende contribuir para o debate sobre a matéria e inclui uma proposta de abordagem para as avaliações desencadeadas pelo IPAD.

Quanto aos Apontamentos de Cooperação, foi produzido o documento:

- **O Exame do CAD à Política de Cooperação Australiana:** este documento surge na sequência da realização do Exame à Austrália pelo CAD, no qual o GAAI participou enquanto avaliador em 2008. Pretende dar a conhecer o processo de Peer Review do CAD às principais características dessa Cooperação e retirar algumas lições para a Cooperação Portuguesa, especialmente devido ao facto de um dos países parceiros da Cooperação Australiana ser Timor-Leste.



## 1.8. Avaliações concluídas em 2009

### **AVALIAÇÃO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA NA ÁREA DA ESTATÍSTICA**

Desde a década de 80, Portugal tem apoiado o desenvolvimento da área da estatística nos PALOP. Entre 1998 e 2008, o objectivo dessa cooperação foi o de promover a modernização e o reforço das capacidades dos Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN). Até 2004, esse apoio foi feito fundamentalmente através dos Acordos Bilaterais. A partir dessa data, começou a ser implementado o Programa Complementar Português ao II PIR PALOP ADSE da Comissão Europeia. Neste período de dez anos, o apoio traduziu-se financeiramente num montante total próximo dos 3.5 milhões de euros.

#### **Objectivo**

O objectivo desta avaliação foi o de analisar o contributo de Portugal para o desenvolvimento das capacidades de produção estatística dos SEN dos PALOP. Essa análise incidiu sobre os sete domínios específicos da produção estatística que foram objecto desse apoio: (i) apoio institucional; (ii) classificações, conceitos e nomenclaturas; (iii) produção estatística; (iv) contas nacionais; (v) difusão estatística; (vi) infra-estruturas estatísticas e (vii) operações estatísticas de base.

#### **Conclusões**

Os avaliadores concluíram que, de uma forma geral, a Cooperação Portuguesa foi bem sucedida em todos os países parceiros e em todos os domínios, apesar dos resultados alcançados não terem sido iguais em todos os parceiros e domínios. Foi menos bem sucedida na forma como tentou assegurar a sustentabilidade das acções da cooperação estatística. Mais especificamente, os consultores constataram que:

- O planeamento das acções de cooperação na área da estatística foi feito de acordo com as necessidades identificadas pelos parceiros locais e o modelo de gestão foi flexível, permitindo a sua adaptação às circunstâncias. Apesar disso, verificaram-se algumas limitações ao nível do planeamento estratégico e operacional e da avaliação das acções.
- A Cooperação Portuguesa contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de capacidades dos SEN dos países parceiros, nomeadamente no que diz respeito à modernização dos INE locais. Contudo, essa eficácia sofreu algumas flutuações durante o período avaliado e entre domínios estatísticos.
- O principal executor na área da Estatística, o INE português, revelou grande competência técnica. Contudo, o número e a disponibilidade dos técnicos para estas acções de cooperação foram insuficientes.
- Os principais efeitos verificados foram a nível da capacidade produtiva e de autonomia que os SEN adquiriram em alguns dos domínios estatísticos. Esses efeitos foram mais profundos em países como Moçambique e Cabo Verde, onde se constatou uma maior capacidade estatística do que nos restantes países parceiros.



- A sustentabilidade da cooperação desenvolvida é reduzida. Apesar da relativa autonomia alcançada com a capacitação dos INE, estes continuam a necessitar de apoio externo devido à grande rotatividade e à insuficiência dos técnicos estatísticos locais e às limitações financeiras que põem em causa a manutenção dos resultados alcançados.

### **Recomendações da avaliação**

Tendo em conta que o desafio identificado pelos avaliadores é iniciar um novo ciclo de cooperação, baseado em novos objectivos e num novo modelo de gestão, a avaliação salientou a importância de:

- Reforçar e alargar a formação técnica como forma de potenciar o capital humano, condição única para o desenvolvimento da área da estatística.
- Reforçar a componente multilateral, tanto ao nível da CPLP como das organizações internacionais. Só assim se poderão projectar internacionalmente os resultados alcançados pela cooperação na área da estatística e possibilitar a utilização de outras formas de financiamento e conhecimento que não estão ao alcance da Cooperação Portuguesa.
- Implementar um novo modelo de gestão através da consolidação do sistema de planeamento e da implementação de um sistema de monitorização e avaliação de programas. O acompanhamento e avaliação das intervenções devem ser realizados ao nível do próprio projecto. É preciso implementar uma gestão centrada nos resultados.
- Promover a especialização da cooperação estatística, concentrando-a em áreas mais específicas nas quais a Cooperação Portuguesa constitua uma mais valia e potencie o alcançar de resultados.

### **Acompanhamento**

Os resultados da avaliação foram apresentados num workshop no dia 15 de Dezembro de 2009. A ficha do contraditório com as recomendações formuladas no relatório de avaliação foi enviada para os serviços responsáveis envolvidos na avaliação (anexo ...).

### **AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PICATFin (São Tomé e Príncipe)**

O PICATFin é um programa a 4 anos (2008/2011), implementado pelo Ministério das Finanças de Portugal, com um pacote financeiro de 1,5 M€. Como acontece com os outros países parceiros, consiste fundamentalmente em promover o desenvolvimento das capacidades do Ministério das Finanças de São Tomé, através da realização de formação, em Portugal e em S. Tomé e Príncipe, nas várias áreas do Ministério das Finanças, assistência técnica e algum equipamento informático e outro.

### **Objectivo**

O objectivo deste exercício de avaliação intercalar, mais propriamente de acompanhamento é proceder a uma apreciação sobre a forma como o programa foi implementado em São Tomé e Príncipe até 2010, procurando identificar eventuais necessidades de alteração ou reajustamento do que foi inicialmente



acordado e/ou planeado. Procura, também, contribuir para aumentar a eficácia e eficiência do programa através das recomendações que venham a ser formuladas.

### **Conclusões**

A equipa de avaliação constatou que:

- O programa teve uma boa execução material e financeira, embora se questione o impacto das acções, sobretudo as que têm lugar em Portugal;
- O PICATFin é um programa bastante flexível, permitindo, em alguns casos, proceder à sua reprogramação imediata, sempre que tal se revele necessário;
- O modelo de implementação e de gestão revelou ser adequado;
- O Gestor do programa em São Tomé e Príncipe, embora esteja de saída, revelou ser uma mais valia imprescindível para o projecto;
- Os Formadores que têm participado nas acções de formação possuem uma qualidade técnica e pedagógica elevada.

### **Recomendações da avaliação**

Para garantir a continuação dos bons resultados alcançados até agora, revela-se necessário:

- Dar atenção especial à articulação com a cooperação multilateral (UE; BM; MCC);
- Manter o modelo de gestão do programa, procurando encontrar rapidamente o substituto para o seu Gestor, para que não haja qualquer hiato de tempo entre a saída de um e a entrada de outro no sentido de se conseguirem passar os dossiers. É necessário também ter em atenção o seu perfil;
- A nível das acções de formação e estágio:
  - Reequacionar as acções que se realizem em Portugal para que após a sua realização em Portugal, exista um período de seguimento em São Tomé e Príncipe, de forma a garantir a sua sustentabilidade;
  - Continuar a insistir na realização de formação e assistência técnica localmente, porque possibilita uma maior participação e os técnicos estão inseridos no seu contexto laboral;
  - Aumentar a duração das acções consideradas prioritárias.
- As autoridades locais devem dar mais atenção aos horários dos funcionários no sentido de facilitar a participação na formação;
- As acções devem ser organizadas nos PALOP, sob orientação do programa;
- Algumas acções poderão ser equacionadas no contexto da CPLP;

### **Acompanhamento**

O relatório final de avaliação, da responsabilidade do GPEAR/Ministério das Finanças, será concluído em 2010, ficando o restante processo de acompanhamento da avaliação sob a sua alçada.



## **AVALIAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO DE “OS DIAS DO DESENVOLVIMENTO” 2009**

“Os Dias de Desenvolvimento” é um evento que pretende contribuir para aumentar o conhecimento que a opinião pública portuguesa tem sobre as questões e características da Cooperação Portuguesa, sensibilizando-a para as prioridades, desafios e actores desta, especialmente através do público escolar. Além disso, através da participação de vários actores nacionais, procurou também potenciar as suas sinergias e a partilha de conhecimento, constituindo um espaço de trabalho em rede.

### **Objectivo**

O objectivo da avaliação foi o de verificar se os objectivos do evento foram alcançados e identificar possíveis melhorias que possam ser introduzidas em futuras edições. A análise recaiu sobre as questões relacionadas com a qualidade das conferências e eventos paralelos, dos stands, do website e da cobertura dada pela comunicação social. Para esta avaliação realizou-se um inquérito por questionário tanto aos visitantes como às organizações participantes no evento. Tendo em conta que os questionários respondidos pelos visitantes não constituíram uma amostra suficientemente representativa, a análise feita incidiu apenas nas respostas dadas pelas organizações participantes.

### **Conclusões**

A avaliação concluiu que:

- O nível de satisfação e qualidade global do evento foi considerado elevado;
- A organização do evento, desde a sua preparação até à sua realização, foi considerada como boa.
- Os ODD constituíram uma oportunidade de aumentar a aprendizagem e o diálogo sobre questões relacionadas com a Cooperação para o Desenvolvimento;
- O evento permitiu o trabalho em rede e o estabelecimento de redes entre as organizações participantes.
- Os ODD permitiram aumentar o interesse do público em geral pelas questões da Cooperação para o Desenvolvimento.
- A realização de eventos em simultâneo continua a ser considerada como factor negativo.
- A criação e implementação de um website dedicado exclusivamente ao evento constituíram uma mais-valia em relação à edição de 2008.
- A cobertura por parte dos *media* continua a não ser suficiente para um evento deste tipo.
- A edição de 2009 foi considerada como sendo de melhor qualidade relativamente à edição de 2008.

### **Recomendações da avaliação**

Os avaliadores consideram que é necessário:

- Definir com maior precisão os objectivos do evento e respectivas metas;



- Criar um mecanismo que permita contabilizar de forma mais rigorosa o número de visitantes através, por exemplo, de um bilhete gratuito para aceder ao evento;
- Envolver os beneficiários/gestores dos projectos de forma mais aprofundada.
- Diversificar e aumentar o leque de organizações relacionadas com a cooperação participantes no evento.
- Ter em atenção a data de realização do evento de forma a evitar que o mesmo coincida com outros eventos ou períodos de maior ocupação da população jovem.
- Realizar mais eventos culturais e diversificar as actividades de animação;
- Alterar a forma de planeamento e gestão das conferências e eventos paralelos, de forma a evitar a sobreposição de eventos paralelos, a garantir o cumprimento dos seus horários, melhorar a qualidade do debate garantindo a participação do público.
- Melhorar a acústica das salas onde se realizam as conferências e eventos paralelos.
- Estabelecer uma forma para controlar com mais rigor o número de visitantes a cada stand.
- Aprofundar a informação disponível no website, actualizando-a de forma mais sistemática e procurando transformá-lo numa plataforma de *networking*.
- Melhorar a estratégia de divulgação e visibilidade do evento, envolvendo mais activamente a comunicação social e/ou outros meios, de forma a atrair cada vez mais escolas/estudantes e outros públicos.

### **Acompanhamento**

O relatório final de avaliação foi enviado por e-mail a todas as entidades que participaram no evento e que responderam ao questionário. Foi preenchida a devida ficha de contraditório, que foi também enviada pela mesma via.

## **2. Auditoria Interna**

### **2.1. Actividades de auditoria**

#### **2.1.1. Desenvolvimento de novas ferramentas de gestão**

Em 2009, o GAAI participou activamente na reflexão e elaboração de algumas ferramentas de gestão que poderão dar um contributo significativo e decisivo para o aumento da eficácia operacional do IPAD.

- **Elaboração das Matrizes de Risco:** o GAAI impulsionou, coordenou e participou nos Grupos de Trabalho que foram constituídos para a realização da análise de risco. Foram constituídos cinco grupos de trabalho, cada um correspondente a um dos riscos definidos na tipologia de risco. O resultado final deste trabalho foi a apresentação das Matrizes de Risco devidamente preenchidas que irão fundamentar a futura implementação de um sistema de gestão de risco no IPAD. As Matrizes de Risco foram aprovadas em Fevereiro de 2010.

- **Elaboração dos QUAR 2009 e 2010:** no âmbito do novo SIADAP, foi necessário proceder à reformulação do QUAR de 2009 e preparar o QUAR para 2010. Para esse efeito foi constituído um Grupo de Trabalho que incluiu técnicos e dirigentes de algumas unidades orgânicas do IPAD, do qual o GAAI foi parte integrante. Esse grupo reformulou o QUAR 2009 e preparou o QUAR 2010, os quais foram apresentadas para aprovação nos prazos definidos.
- **Elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas:** no quadro da avaliação da Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas promovida pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o GAAI participou na elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, cuja conclusão está prevista acontecer no princípio de Janeiro de 2010.

#### **2.1.2. Acompanhamento de auditorias externas**

Ao nível de auditorias externas, o GAAI participou no acompanhamento de duas auditorias externas:

- **Auditoria de Acompanhamento do Tribunal de Contas:** o Tribunal de Contas realizou uma auditoria de acompanhamento da implementação das recomendações da auditoria realizada em 2005. O GAAI fez o acompanhamento dessa auditoria, assegurando a documentação necessária à equipa de auditoria e efectuando os contactos necessários para a realização das reuniões de trabalho. Participou também, em contexto do contraditório, na elaboração da resposta às conclusões e recomendações apresentadas na proposta de relatório final dessa auditoria;
- **Auditoria ao Sistema de Controlo Interno do IPAD pela Inspeção-Geral de Finanças:** O GAAI teve uma participação secundária durante a realização desta auditoria, já que durante a mesma apenas se realizou uma reunião com os auditores após estes terem terminado os seus trabalhos de auditoria. Coordenou, igualmente, em contexto de contraditório, a elaboração da resposta ao Relatório Final de auditoria apresentado por aquele organismo.

#### **2.2. Produção de documentação técnica**

Foram elaborados dois documentos técnicos:

- **Manual de Auditoria Interna:** a elaboração do Manual de Auditoria Interna, que se iniciou em 2008, ficou concluída em Abril de 2009. Este documento é uma ferramenta

fundamental para a Auditoria Interna na medida em que procede ao enquadramento operacional e metodológico dessa actividade no âmbito do Instituto.

- **Linhas de Orientação para a Gestão de Risco:** no âmbito da necessidade de implementação do sistema de Gestão de Risco no IPAD, foram elaboradas as Linhas de Orientação para a Gestão de Risco. Este documento pretende servir de apoio à gestão do IPAD ao estabelecer as linhas gerais da análise do risco e da forma como se poderá implementar uma gestão de risco eficaz.

**Quadro 6 – Actividades de auditoria interna realizadas em 2009**

Actividade	Início	Conclusão
Manual de Auditoria Interna	Mar. 08	Abril 09
Linhas de Orientação para a Gestão de Risco	Abril 09	Maio 09
Participação nos Grupos de Trabalho de elaboração das Matrizes de Risco	Junho 09	Out. 09
Participação nos Grupos de Trabalho de preparação dos QUAR 2009 e 2010	Out. 09	Dez. 09
Acompanhamento da auditoria feita pelo Tribunal de Contas	Abril 09	Nov. 09
Acompanhamento da auditoria da IGF	Set. 09	Set. 09

### 3. Recursos disponíveis

#### 3.1. Recursos financeiros

O ano de 2009 foi um ano importante para o GAAI. Foi o primeiro ano em que o GAAI teve um orçamento próprio, independente das demais unidades orgânicas. Assim, em 2009, o orçamento e as despesas totais do GAAI foram as constantes no quadro 7:

**Quadro 7: Recursos financeiros disponíveis**

Ano	Orçamento	Execução
2009	147.400,00 €	147.434,00 €

#### 3.2. Recursos humanos

Apesar das limitações evidentes a este nível, não se concretizou o esperado reforço de recursos humanos. Continuaram, em 2009, a integrar a equipa do GAAI, um chefe de divisão e quatro técnicos superiores, que trabalharam em conjunto tanto nas actividades de avaliação como nas de auditoria.

## ANEXOS

### Anexo A – Fichas do Contraditório e de Seguimento da Avaliação do Programa de Cooperação Portugal Cabo Verde (2002-2007)

#### 1. Recomendações ao IPAD

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>1. Utilizar o Documento de Operacionalização da Visão Estratégica como base e enquadramento para todas as opções e documentos, por parte da generalidade dos serviços do IPAD</p>	<p><b>IPAD:</b> O Documento de Operacionalização da Estratégia da Cooperação Portuguesa data de 2006, ano em que se iniciou a sua utilização pelos diversos serviços do IPAD, de acordo com o Cronograma nele definido. Grande parte das medidas apontadas foi implementada no decurso de 2007, pelo que se espera que em 2008 se atinjam os objectivos pretendidos.</p>	<p><b>IPAD:</b> Recomendação implementada.</p>
<p>2. Agilizar os processos administrativos e de gestão financeira na implementação dos programas de cooperação, isto é, harmonizar e simplificar os processos de aprovação e transferência das verbas envolvidas nos projectos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover e harmonizar o desembolso através de tranches, uma vez que o adiantamento inicial se revela fundamental para a prossecução de várias acções;</li> <li>- Aceitar facturas pró-forma (sendo as facturas correspondentes emitidas depois de transferida a verba), uma vez que as entidades cabo-verdianas têm dificuldades em conseguir as facturas sem que o pagamento dos serviços tenha sido efectuado e muitas vezes não dispõem de condições para pagarem de forma antecipada;</li> <li>- Transferir competências para o serviço de cooperação no terreno e/ou para gestores locais dos programas;</li> </ul>	<p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O pagamento dos co-financiamentos do IPAD tem vindo nos últimos dois anos a assumir a forma de desembolsos através de tranches, sendo que o desembolso da 1.<sup>a</sup> tranche é efectuado nos termos definidos nos respectivos Protocolos, tanto mais que as entidades executoras em Cabo Verde dão garantias da boa utilização destas verbas e da boa prestação de contas.</li> <li>- Havendo pagamento sob a forma de desembolsos através de tranches, não haverá necessidade de apresentação de facturas pró-forma para justificar pagamentos.</li> <li>- O Serviço de Cooperação e/ou os gestores locais em exercício possuem já competências alargadas no âmbito da execução financeira e material dos PPA (Programas/Projectos/Acções). Apenas dependem da prévia aprovação do IPAD quando se regista alguma alteração ao Plano de Actividades inicialmente previsto e/ou às despesas que lhe estão associadas.</li> </ul>	<p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recomendação que já vinha sendo praticada. Com efeito, o desembolso do financiamento já tem vindo a ser efectuado na generalidade dos PPA com Cabo Verde, sendo o primeiro realizado logo no início da respectiva execução.</li> <li>- Não faz sentido a implementação desta recomendação, uma vez que para a concretização dos desembolsos por tranches não é necessária a apresentação à priori de qualquer tipo de facturas. Os desembolsos são efectuados tendo por base a celebração de um protocolo com as entidades envolvidas na execução dos PPA.</li> <li>- Recomendação implementada.</li> <li>- Os projectos aprovados já têm uma previsão orçamental e uma calendarização das actividades a realizar.</li> </ul>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>RESPOSTA DOS SERVIÇOS</b>	<b>SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)</b>
<p>- Clarificar as previsões orçamentais e investir numa calendarização rigorosa das fases e actividades, aquando da concepção dos projectos.</p>	<p>- De facto verifica-se que a maioria dos Documentos de Projecto apresentados pelas entidades proponentes não contemplam uma calendarização rigorosa das Actividades a realizar, nem tão pouco uma estimativa correcta e discriminadas dos custos associados. Estes elementos, fundamentais para um maior rigor na análise e posterior acompanhamento dos projectos, terão que ser obrigatoriamente fornecidos pelas ditas entidades. Nesse sentido, será fundamental o IPAD sensibilizar as entidades proponentes para a relevância deste tipo de informação</p>	
<p>3. Reforçar os recursos humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Acções de aumento da experiência dos recursos humanos do IPAD, na perspectiva do conhecimento do país e dos projectos é imprescindível para um bom planeamento e execução;</li><li>- Dotação da embaixada, de pessoal administrativo suficiente, para que os serviços de cooperação possam ter um maior papel aos níveis do planeamento e da coordenação entre agentes;</li><li>- Contratação de gestores locais, para projectos/programas cuja dimensão se justifique segundo critérios sectoriais.</li></ul>	<p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- No âmbito do novo PIC 2008-2011, os PPA que o justifiquem, pela sua dimensão, impacto e visibilidade, prevêm a realização de missões de acompanhamento no terreno, por elementos do IPAD. Desta forma, pretende-se contribuir para um melhor conhecimento de Cabo Verde por parte dos recursos humanos deste Instituto que se encontram envolvidos na cooperação com este país.</li><li>- Os PPA de maior dimensão em curso têm já gestores em funções, muito embora não sejam na sua maioria gestores locais: o PADES – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário tem uma coordenadora portuguesa, que acumula funções lectivas; o Projecto de Cooperação Técnico-policial conta com o apoio da Oficial de Ligação do MAI de Portugal; o Programa de Cooperação Técnico-militar tem sido desenvolvido com a colaboração directa do Adido Militar em funções junto da Embaixada de Portugal em Cabo Verde; já o Programa de Cooperação do MTSS tem subprojectos geridos por ONG locais.</li></ul>	<p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Durante o ano de 2008, foram realizadas algumas missões a Cabo Verde, para acompanhamento dos principais projectos, as quais serviram também para os funcionários do IPAD conhecerem melhor a realidade do país.</li><li>- Dando seguimento à recomendação, os Serviços de Cooperação da Embaixada viram o seu apoio administrativo reforçado.</li><li>- A recomendação já estava a ser implementada, porque os PPA de maior dimensão vinham sendo acompanhados localmente por coordenadores.</li></ul>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>4. Contrabalançar a flexibilidade na reorientação de acções com a existência de regras mais claras, definidas e padronizadas, no que respeita aos métodos de trabalho entre instituições e aos critérios de aprovação dos projectos.</p>	<p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Os critérios de aprovação dos PPA foram definidos e aprovados superiormente (ver “Procedimentos para análise de PPA de Cooperação apoiados pelo IPAD”, bem como as respectivas “Grelhas de análise com base na quantificação dos parâmetros constantes dos procedimentos estabelecidos”), estando já a ser aplicados pelos vários serviços responsáveis pela análise dos mesmos.</li><li>- Para além disso, é de salientar que, segundo DL n.º 120/2007, art.º 3.º, ponto 2, alínea e), o IPAD tem como atribuição emitir parecer prévio vinculativo sobre os PPA de cooperação para o desenvolvimento financiados ou realizados por outras entidades do Estado.</li></ul>	<p><b>IPAD:</b> Como foi referido na resposta dos serviços, já existem regras gerais, aprovadas internamente, relativas à apresentação e aprovação dos PPA.</p>
<p>5. Investir na definição clara e detalhada das fichas de projecto ou dos planos de acção, com os objectivos qualitativos e metas quantitativas, a metodologia de actuação, a divisão de responsabilidades em termos de gestão e execução, previsão orçamental, os destinatários das acções e a calendarização das actividades</p>	<p><b>IPAD:</b> A definição de todos estes aspectos está já consubstanciada no formulário do Documento de Projecto e nos seus anexos (disponíveis no site do IPAD), para consulta e utilização. O que se verifica é que algumas das entidades proponentes, ao elaborarem os Documentos de Projecto, não dão resposta, ou não a dão de forma satisfatória e razoável, a estas questões fundamentais para a análise dos projectos. Isto tem implicado atrasos nas análises, uma vez que obriga os serviços do IPAD a sucessivos pedidos de esclarecimentos adicionais. Nesse sentido, e conforme já referido anteriormente será fundamental o IPAD sensibilizar as entidades proponentes para a relevância deste tipo de informação.</p> <p><b>Instituto Camões:</b> Com vista a equacionar a pertinência, relevância, coerência e sustentabilidade da Cooperação Portuguesa, o IPAD poderia construir, em sintonia com as autoridades locais, um <b>programa integrado de cooperação</b> estruturado em Quadro Lógico, e, a partir dele, promover a apresentação, em cascata, de <b>Quadros Lógicos sectoriais de todos os projectos</b>, para tornar visível os seus objectivos globais, específicos e</p>	<p><b>IPAD:</b> As fichas de projectos aprovadas pelo IPAD, que devem ser preenchidas pelas entidades proponentes dos PPA, já estão estruturadas de forma a conterem todos os elementos referidos. Podemos, por isso, dizer que, no que respeita à responsabilidade que cabe ao IPAD, a medida já se encontra implementada. Compete aos proponentes dos PPA cumprir com as instruções de preenchimento das fichas.</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
6. Investir em mecanismos de acompanhamento dos projectos que vão para além da execução financeira e que incluam uma avaliação qualitativa do andamento dos mesmos, da eficácia, da eficiência e dos resultados.	<p>operacionais, os resultados e as actividades, a sua lógica de intervenção, indicadores de desempenho, meios de verificação e factores externos.</p> <p><b>IPAD:</b> A avaliação dos PPA executados tem sido de facto maioritariamente quantitativa, verificada através da execução financeira e documental. Prevê-se que no âmbito do novo PIC 2008-2011, assinado em Janeiro do corrente ano, sejam intensificadas e realizadas regularmente missões de acompanhamento no terreno, de elementos do IPAD ou de outras entidades executores e/ou co-financiadoras dos PPA em curso, de forma a avaliar a evolução qualitativa dos mesmos.</p> <p><b>Instituto Camões:</b> O IPAD deve promover uma cultura de avaliação <i>ex-ante</i>, durante e <i>ex-post</i> com a participação dos promotores dos projectos de cooperação (incluindo, naturalmente, os parceiros nos países), devendo equacionar a eficiência face à eficácia dos resultados e a relação custo-benefício dos projectos.</p>	<p><b>IPAD:</b> De acordo com os procedimentos implementados pelo IPAD, este efectua um acompanhamento rigoroso da correspondente execução financeira, sendo ainda obrigatória a apresentação de relatórios por parte das entidades executoras, nos termos dos protocolos celebrados com essas entidades, contendo uma apreciação qualitativa do nível de execução dos PPA, que permita ao IPAD fazer uma avaliação qualitativa do seu andamento.</p>
7. Implementar uma cultura de avaliação dos programas de cooperação, utilizando critérios definidos conjuntamente ou através de indicadores já definidos por Cabo Verde.	<p><b>IPAD:</b> O IPAD tem procurado implementar essa mesma cultura de avaliação dos PPA, nomeadamente através do modelo de Documento de Projecto que é solicitado às entidades proponentes. Neste documento, as entidades proponentes deverão previamente definir quais os objectivos e os resultados que se pretendem atingir e quais as actividades a realizar. Terão também que ser definidos os indicadores, objectivamente verificáveis e mensuráveis, que permitirão avaliar se e em que grau foram alcançados os objectivos e os resultados, bem como se foram ou não realizadas as actividades planeadas.</p> <p><b>Instituto Camões:</b> A avaliação <i>ex-ante</i>, durante e <i>ex-post</i> pressupõe o uso de <u>metodologias científicas</u> que deverão ser observadas, sob pena de os “critérios definidos” se poderem revelar subjectivos, inconsistentes e ineficientes e, conseqüentemente, ineficazes.</p>	



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>8. Reforçar a participação da sociedade civil portuguesa e cabo-verdiana na implementação do PIC, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Reforço e alargamento da linha de co-financiamento do IPAD à sociedade civil em geral;</li><li>- Criação de financiamentos para implementação de acções e capacitação das organizações da sociedade civil cabo-verdiana, segundo critérios de apreciação e aprovação de projectos, de forma a permitir à cooperação portuguesa assumir um maior apoio e um reconhecimento do papel destes actores no desenvolvimento de Cabo Verde;</li><li>- Adopção de uma nova abordagem no sentido de encarar as organizações da sociedade civil portuguesa e cabo-verdiana como agentes privilegiados de execução de projectos da Cooperação Portuguesa, segundo critérios de mais-valia específica (e consoante a natureza dos projectos).</li></ul>	<p><b>Instituto Camões:</b> O IPAD deveria dispor de critérios objectivos de apreciação de projectos, bem como deveria enquadrar os projectos e acções de organizações da sociedade civil financiados por si em programas sectoriais ou transversais de cooperação (« concentração »).</p>	<p><b>IPAD:</b> O número de projectos da sociedade civil apoiados pela CP tem vindo a aumentar, assim como o valor do co-financiamento anual. A CP, quer através do IPAD, quer através do Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSS, tem apoiado diversos projectos de ONG locais.</p>
<p>9. Implementar os projectos de menor montante preferencialmente através da linha de pequenos projectos da Embaixada (permitindo assim conciliar dispersão com concentração);</p>	<p><b>IPAD:</b> Desde 2005 que tem sido inscrita nos PAC uma linha de Financiamento para Pequenos Projectos, até € 50.000, das mais variadas naturezas e origens, de forma a dar resposta às solicitações de várias entidades cabo-verdianas, públicas ou privadas de interesse público, Estes projectos são apresentados ao IPAD via Embaixada, após terem sido analisados e aprovados pela Comissão de Acompanhamento, constituída por elementos da CP (Adido da CP), da Direcção Geral do Plano do Ministério das Finanças e da Direcção Geral de Cooperação Internacional de Cabo Verde.</p> <p><b>Instituto Camões:</b> Com esta medida, o IPAD arrisca apoiar pequenos projectos que não se enquadram em programas sectoriais ou integrados e incentivar a autonomia de critérios das Embaixadas face aos da</p>	<p><b>IPAD:</b> Esta recomendação tem vindo a ser prosseguida através da implementação do <i>Fundo de Pequenos Projectos</i> dirigido às áreas sociais e da educação, que é gerido pelos Serviços de Cooperação da Embaixada, segundo regras orientadores estabelecidas pelo IPAD.</p> <p>No entanto, durante o ano de 2008, devido a restrições orçamentais e aos compromissos já estabelecidos, não foi possível apoiar a <i>Linha de Financiamento para Pequenos Projectos</i>, Comissão de Acompanhamento, a qual teve um impacto positivo e significativo nas comunidades locais e que contribuiu para a redução local da pobreza.</p>

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	Cooperação Portuguesa. Consequências: projectos casuísticos, dispersos, desarticulados ou desajustados de programas de cooperação e meios financeiros desviados dos objectivos da Cooperação.	
10. Incluir o reforço das capacidades locais nos critérios para a aprovação de projectos no seio desta linha.	<p><b>IPAD:</b> A aprovação de projectos no âmbito da Linha de Pequenos Projectos deverá seguir os mesmos critérios de avaliação que os restantes projectos (ver “Procedimentos para análise de PPA de Cooperação apoiados pelo IPAD”, bem como as respectivas “Grelhas de análise com base na quantificação dos parâmetros constantes dos procedimentos estabelecidos”), sendo a sustentabilidade um desses critérios.</p> <p><b>Instituto Camões:</b> Em conformidade com o referido no ponto anterior, o “reforço das capacidades locais” (meios humanos da Embaixada?), a observar-se, deveria ter em conta uma devida articulação com o IPAD para a eleição de projectos.</p>	<p><b>IPAD:</b> Como os pequenos projectos são todos executados por entidades locais, tal implica um reforço das suas capacidades, pelo que esta recomendação está sempre presente na implementação destes projectos.</p>

## 2. Recomendações à Cooperação Portuguesa

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
1. Aumentar os valores da APD a Cabo Verde no sentido de cumprir os compromissos assumidos internacionalmente.		<p><b>IPAD:</b> Esta recomendação foi prosseguida, verificando-se de 2007 para 2008 um acréscimo significativo da ajuda pública ao desenvolvimento. Com efeito, passou-se dos 31.921.277 euros em 2007 para 42.462.936 em 2008 (valores preliminares), o que, em termos percentuais, se traduziu num aumento de 33%.</p>
2. Conceber internamente um documento de estratégia da CP para o país, que possa nortear a actuação da Cooperação Portuguesa e que estabeleça a visão portuguesa para além da negociação política do PIC com as autoridades cabo-verdianas. Este documento deverá definir	<p><b>Instituto Camões:</b> Elaboração de documento de estratégia (complementar do Quadro Lógico) que tenha em conta:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. As políticas cabo-verdianas para a redução da pobreza (DECRP)</li><li>2. As políticas portuguesas para a Cooperação</li></ol>	<p><b>IPAD:</b> Esta recomendação foi seguida logo aquando da elaboração do PIC 2008-2011 assinado a 23 de Janeiro de 2008, tendo sido igualmente seguido o quadro concebido pela Comissão Europeia e adoptado pelos EM, no âmbito do aperfeiçoamento dos mecanismos de</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>politicamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Os elementos estratégicos da visão da Cooperação Portuguesa para Cabo Verde;</li><li>- Os objectivos e prioridades portuguesas para os anos em causa;</li><li>- A filosofia de actuação da Cooperação Portuguesa em Cabo Verde;</li><li>- As opções em termos de parcerias com outros doadores e com outros actores.</li></ul>	<p>(VECP)</p> <p>3. Os objectivos e prioridades do IC em Cabo Verde</p> <p>4. Eventuais parcerias com outros doadores e actores.</p> <p>Hipóteses de parcerias com outros doadores: Brasil, Espanha, Luxemburgo</p> <p>Hipóteses de parcerias com outros actores: MC/DGLB; MCES; Universidades Portuguesas; MJ; MTSS; IPAD; ONGD portuguesas e cabo-verdianas</p>	<p>coordenação e complementaridade de actuações, no sentido de melhorar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Para além do Programa Indicativo propriamente dito, o documento engloba, entre outros aspectos, os objectivos estratégicos da Cooperação Portuguesa em relação a Cabo Verde, os eixos e áreas de intervenção prioritárias, as modalidades e os instrumentos de ajuda para o referido período.</p>
<p>3. Eliminar os PAC e elaborar um PIC cujo horizonte temporal seja alinhado com a estratégia de desenvolvimento cabo-verdiana (2008-2011) que incluía, nomeadamente: a ligação aos compromissos internacionais da APD, a definição dos eixos e áreas de intervenção (com respectiva justificação), os objectivos, os recursos, os critérios para selecção de projectos, os mecanismos e indicadores (quantitativos e qualitativos) de acompanhamento e avaliação. O PIC não poderá ser a soma de programas sectoriais, mas antes deve ter por base uma estratégia para o país. Nesse sentido, as vertentes que se assumem como prioritárias são:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- A capacitação institucional da administração pública e outras instituições cabo-verdianas (incluindo aqui vários programas sectoriais, como as Finanças, a Justiça, a Segurança e Defesa, entre outros;</li><li>- A educação, com um apoio mais direccionado para o ensino superior e para a promoção da língua portuguesa;</li><li>- A redução da pobreza, quer através dos projectos de solidariedade, quer através de ajuda orçamental direccionada;</li><li>- A estabilidade macroeconómica e o apoio indirecto ao desenvolvimento de projectos por parte de Cabo Verde;</li></ul>	<p><b>IPAD:</b> Foi elaborado o novo PIC entre Portugal e Cabo Verde, para o período de 2008-2011, de acordo com as orientações aqui expressas (ver documento referido, em particular o ponto 1.4. Eixos Estratégicos e Áreas de Intervenção). Este documento foi assinado por ambas as Partes a 23 de Janeiro de 2008.</p> <p><b>Instituto Camões:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Elaboração de Quadro Lógico/Matriz de Enquadramento Lógico (MEL) para o espaço temporal do próximo PIC (2008-2011);</li><li>- Hipóteses de parcerias com: MCES; Universidades Portuguesas; CRUP; IPAD</li><li>- Hipóteses de parcerias com: MTSS (ocupação de tempos livres de crianças, jovens e adultos: formação em Língua Portuguesa); MC/DGLB equipamento bibliográfico de pequenas bibliotecas institucionais), outros</li><li>Hipóteses de parcerias com: ONG cabo-verdianas (ocupação de tempos livres de crianças, jovens e adultos: formação em LP).</li></ul>	<p><b>IPAD:</b> A programação estabelecida pelo PIC 2008-2011 é coerente com a estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, tal como inscrita no Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECREP) II, alinhando com o seu horizonte temporal e identificando como um dos eixos estratégicos e prioritários de actuação o Desenvolvimento Sustentável e a Luta contra a Pobreza, para onde será canalizado 58% do orçamento indicativo de 70 MEUROS nele estabelecido. Para este novo ciclo de programação da cooperação bilateral, previram-se formas inovadoras de apoio, nomeadamente o apoio directo ao Orçamento, adequando o apoio português ao novo estágio de desenvolvimento de Cabo Verde, indo ao encontro da tendência verificada na maioria dos doadores do país que vêm dando predominância a este apoio., o que foi desde logo concretizado em 2008. O acompanhamento do PIC tem sido feito com base no quadro de execução actualizado trimestralmente pelo IPAD. Na identificação das intervenções foram tidos em conta os objectivos gerais e específicos estabelecidos para os eixos prioritários, tendo-se privilegiado programas e projectos de natureza estruturante, nomeadamente no quadro da capacitação da administração pública cabo-</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>- Os pequenos projectos com grande visibilidade e impacto, nomeadamente, os que são executados no apoio a/ou através de organizações da sociedade civil cabo-verdiana.</p>		<p>verdiana nas áreas da Administração Interna, das Finanças Públicas, da Justiça e da Defesa. Em 2008 foi igualmente privilegiado o apoio à consolidação do ensino superior em Cabo Verde. Em 2008 foi prosseguido o Acordo de Cooperação Cambial, contribuindo para que a gestão macroeconómica de Cabo Verde seja caracterizada por uma grande disciplina o que tem possibilitado a manutenção da estabilidade económica do país.</p> <p>O apoio a projectos desenvolvidos por ONG tem sido uma via de intervenção no âmbito da cooperação com Cabo Verde. O número de projectos apoiados e o valor do co-financiamento anual tem vindo a aumentar, fruto, em grande parte, do trabalho sustentado que algumas ONG portuguesas têm vindo a desenvolver. No âmbito de processo de candidaturas IPAD para ONGD de 2008, foram apoiados 3 projectos de 3 organizações, num montante global de 204.073 €.</p>
<p>4. Promover uma visão mais integrada e abrangente da CP que valorize igualmente e divulgue as boas práticas quer ao nível dos sectores, quer dos vários actores, quer das contribuições para projectos multilaterais que beneficiam CV.</p>	<p><b>Instituto Camões</b> Ensino/aprendizagem da Língua e divulgação da Cultura Portuguesa transversais a outras áreas: - Projectos de formação profissional nas diversas áreas - Ocupação de tempos livres de crianças e jovens - Outros</p>	
<p>5. Reorientar as prioridades da CP no país, de forma a corresponder à nova fase de desenvolvimento de CV. Nomeadamente, desempenhar um papel importante na implementação do Plano de Acção da Parceria especial com a UE. Neste quadro, as acções da Cooperação Portuguesa têm claramente condições para se inserirem e complementarem a Parceria: - Na reforma das finanças e da administração</p>	<p><b>IPAD:</b> A Parceria Especial está contemplada e devidamente identificada como prioridade da CP no novo PIC 2008-2011, no Eixo Estratégico I – Boa Governança, Participação e Democracia. Neste Eixo incluem-se ainda os PPA nas áreas complementares a esta Parceria, aqui recomendadas, da Capacitação Institucional (1.1), das Finanças Públicas (1.2) e da Segurança Interna (1.3).</p>	<p><b>IPAD:</b> Em fase de concretização, quer no que respeita ao empenho da CP na implementação da Parceria Especial com a EU, quer na prossecução de projectos na área da Parceria (como seja o caso do projecto de Reforço da Capacidade de Cabo Verde na Gestão da Migração Laboral e de Retorno, apoiado pela UE, IPAD e Cooperação Espanhola) ou complementares à da Parceria (como sejam os casos do apoio à reforma das finanças e da administração pública, com a</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>pública;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- No sector da justiça;</li><li>- Na justiça, uma vez que Cabo Verde necessita de uma adaptação e adequação legislativa a novas regras e quadros internacionais, através de uma convergência técnica e adequação às normas da CE.</li></ul>		<p>execução do PICATFIN, e do apoio ao sector da justiça através do Programa de Apoio ao Sector da Justiça de CV, que só não tem assumido maior dimensão por falta de recursos financeiros).</p>
<p>6. Reforçar o carácter estruturante da CP, através da inclusão de projectos avulsos em programas com uma visão integrada, nos vários sectores de actuação. Dois exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- No seio do apoio ao ensino superior, deverá existir um programa integrado que inclua a política de bolsas, o apoio à Uni-Cv, fornecimento de material bibliográfico e outras componentes, de forma a corresponder a uma visão estratégica de apoio ao sector e poder gerar sinergias entre as várias acções;</li><li>- No sector da saúde, terá de existir um programa que preconize uma estratégia integrada, de forma a coordenar a diminuição de evacuações com a correspondente criação de capacidades locais.</li></ul>	<p><b>IPAD:</b> Esta visão mais estruturante e integrada da CP tem vindo progressivamente a ser posta em prática. Já no PAC de 2007 se verificou um claro esforço neste sentido, com a transformação de projectos avulsos em programas mais integrados. É o caso precisamente do Programa de Apoio à Universidade de Cabo Verde, que agregou os vários projectos e acções de apoio a esta Universidade. No entanto, reconhece-se a necessidade de manter este esforço no futuro, de forma a tornar a acção da CP o mais eficaz e eficiente possível. Para tanto, as próprias entidades proponentes deverão estar sensibilizadas para esta orientação da CP, uma vez que serão elas a definir e estruturar os ditos Programas.</p> <p><b>Instituto Camões:</b> IC enquanto coordenador e gestor dos ensinos básico, secundário e superior – proposta às autoridades cabo-verdianas de um programa integrado que inclui projectos com as seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Formação de licenciados em Português, incluindo a distância</li><li>- Formação contínua de professores de Português, incluindo a distância</li><li>- Formação em LP de outros docentes e de profissionais de todas os sectores económicos que dela necessitem, incluindo a distância</li><li>- Concessão de bolsas de estudo</li><li>- Fornecimento de material bibliográfico a</li></ul>	<p><b>IPAD:</b> Tem vindo a ser realizado um esforço para, por um lado, agrupar os projectos complementares em programas que contribuam para atingir uma mesma finalidade ou objectivo global comum, e, por outro, para optar por projectos que visem atingir determinada estratégia da CP.</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	<p>estabelecimentos de ensino</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Equipamento bibliográfico em LP de bibliotecas municipais</li><li>- Articulação da divulgação de eventos da Cultura portuguesa</li><li>- Promoção da produção científica e cultural cabo-verdiana, e sua divulgação</li><li>- Promoção e colaboração em programas locais de Turismo Cultural e Turismo da Natureza (que poderão constituir <i>clusters</i> da Cooperação) – ex. Cidade Velha: recuperação do património arquitectónico de origem comum no contexto de programa integrado de dinamização turística da região – parcerias com MAOTDR, MEI, MC...</li></ul>	
<p>7. Relativamente às modalidades da ajuda: Coordenar a acção com os outros doadores; Conceder ajuda orçamental.</p>	<p><b>IPAD:</b> No novo PIC 2008-2011 está consagrada e contemplada a ajuda orçamental, tendo sido disponibilizado já para o ano de 2008 uma verba de 1,5 milhões de euros. Esta modalidade da ajuda permitirá a participação de Portugal nas reuniões de coordenação de doadores, que têm vindo a ocorrer sob a liderança do Banco Mundial. Isto irá constituir uma oportunidade para melhorar a coordenação da CP com outros doadores, criando parcerias e sinergias e maximizando os resultados com as verbas disponíveis.</p> <p>Paralelamente, a CP tem participado, e irá continuar a participar, nos esquemas de coordenação existentes, tendo mesmo a Embaixada de Portugal promovido reuniões periódicas com os Embaixadores residentes dos países da UE.</p> <p><b>Instituto Camões:</b> Em função da realidade encontrada, o IC tentará propor alternativas que garantam que a formação de professores se realizará exclusivamente em LP:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Dando formação em LP aos formadores de Espanha e do Luxemburgo</li></ul>	<p><b>IPAD:</b> A ajuda orçamental foi implementada com a assinatura do Memorando de Entendimento entre os Governos de Portugal e de Cabo Verde e com a transferência, ainda em 2008, de 1,5 ME para a conta do Estado de Cabo Verde, correspondente à primeira contribuição para essa ajuda.</p> <p>Ao aderir a esta modalidade, Portugal tomou em consideração o quadro de parceria já subscrito por Cabo Verde e pelos outros doadores (Grupo de Apoio ao Orçamento - GAO) e adoptou os mecanismos de acompanhamento e monitorização nele estabelecidos e participou nas reuniões de acompanhamento e avaliação;</p> <p>Tem havido esforços para a coordenação de Portugal com outros doadores, também a outros níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Participação nas reuniões regulares do Grupo Local de Seguimento da Parceria Especial União Europeia – Cabo Verde;</li><li>• Participação no Grupo de Apoio à Transição;</li><li>• Participação nas reuniões de coordenação promovidas pela Comissão da EU;</li><li>• Realização de projectos na área das migrações</li></ul>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	<ul style="list-style-type: none"><li>- “Negociando” com Espanha e Luxemburgo a entrega da formação de professores a formadores nacionais de países de LP</li><li>- Relativamente ao Brasil, propor alternativas para substituição de bolsas no Brasil por formação em Cabo Verde (para evitar a “fuga de cérebros”).</li></ul>	(Projecto “DIAS – DIASpora for Development of Cape Verde”.
8. Promover mais acções conjuntas com o sector empresarial, em parceria, de modo a promover a participação de empresas portuguesas em projectos estruturantes para Cabo Verde, bem como o investimento directo de empresas portuguesas no país.	<b>Instituto Camões:</b> Proposta de cluster da Cooperação em zona de passado histórico-cultural comum com potencial turístico: exemplo: Cidade Velha IPAD como coordenador e ministérios sectoriais como angariadores de parcerias empresariais (construção civil, transportes...)	<b>IPAD:</b> De difícil aplicação. Apenas na concessão de empréstimos tem sido possível vincular a participação de empresas portuguesas na execução dos projectos financiados com esses empréstimos. Nas restantes situações, a dificuldade de aplicação desta recomendação assenta essencialmente em duas ordens de razões: primeira, a falta de sensibilidade e disponibilidade das empresas portuguesas para apoiar projectos da CP sem que daí resultem contrapartidas visíveis para essas empresas, nem sequer ao nível da concessão de incentivos; segunda, não existe um quadro legal que permita ao IPAD conceder apoios financeiros a empresas privadas no âmbito de PPA de cooperação.
9. Reforçar a capacidade de decisão da embaixada a vários níveis: <ul style="list-style-type: none"><li>- Para transferir progressivamente para o terreno uma componente mais forte de concepção: a proposta dos próprios programas de cooperação, a identificação de projectos e uma gestão mais autónoma dos mesmos, a realização de avaliações de projectos, etc.</li><li>- Para reforçar o acompanhamento qualitativo dos projectos e reduzir o número de missões externas, contribuindo para os objectivos da Declaração de Paris e para uma maior eficiência da cooperação;</li><li>- Para simplificar procedimentos.</li></ul>	<b>IPAD:</b> Qualquer uma das recomendações aqui expressas, no sentido de reforçar a capacidade de decisão dos Serviços de Cooperação junto da Embaixada de Portugal em Praia, assenta na necessidade de aumentar o seu quadro de recursos humanos, em especial pessoal administrativo. Só assim será possível libertar os técnicos que actualmente se encontram em funções das tarefas administrativas e de gestão do quotidiano e promover a sua participação aos níveis da concepção, acompanhamento qualitativo e avaliação dos projectos em curso.	<b>IPAD:</b> Os serviços de cooperação da Embaixada já vêm acompanhando muito de perto todas as áreas da cooperação portuguesa, incluindo os PPA que vêm sendo executados.

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>RESPOSTA DOS SERVIÇOS</b>	<b>SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)</b>
<p>10. Conferir maior visibilidade à actuação da CP, utilizando uma estratégia de comunicação, informação e divulgação mais estruturada e abrangente (nomeadamente através de menções nos equipamentos, placas de reconhecimento do apoio português, websites – em Portugal e Cabo Verde – e media).</p>	<p><b>IPAD:</b> Todos os projectos apoiados pela CP referem, nos seus documentos de formalização de concessão desse apoio, a obrigatoriedade de as entidades executores garantirem a sua visibilidade. Todavia, há dificuldades em fazer cumprir este requisito, devido há escassez de recursos humanos da CP no terreno. Isto poderá ser ultrapassada, quer pela intensificação das missões de elementos do IPAD e/ou de outros parceiros, quer pelo reforço dos recursos humanos em funções nos Serviços de Cooperação.</p> <p><b>Instituto Camões:</b> Projectos do IC:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Placas exteriores nos edifícios das entidades apoiadas: “Apoio da Cooperação Portuguesa / MNE/Instituto Camões”</li><li>- Divulgação do apoio na comunicação social (designadamente no encarte do IC no Jornal de Letras) portuguesa e cabo-verdiana.</li></ul>	<p><b>IPAD:</b> A visibilidade e a divulgação dos apoios concedidos pelo IPAD constituem obrigações dos executores dos PPA constante dos protocolos que com eles são assinados. Assim, no que respeita ao IPAD, esta recomendação tem sido cumprida. A questão poderá colocar-se ao nível de alguns executores que não dão cumprimento a essas obrigações, muito embora o IPAD, sempre que detecte essas situações, os alerte para o facto.</p>
<p>11. Reforçar e redefinir os mecanismos de coordenação dos agentes da CP. Ao nível político, importa que existam reuniões de coordenação interministerial. Ao nível técnico, a realização de reuniões regulares em termos sectoriais e por país poderia ter utilidade desde que existisse uma definição clara das prioridades portuguesas em cada sector. A aprovação de estratégias sectoriais, com metas e indicadores precisos, poderá ser um primeiro elemento de enquadramento; a definição de documentos de estratégia por país poderia também contribuir para guiar os vários sectores.</p>	<p><b>Instituto Camões:</b> Até à transição do ensino básico e secundário (operada pelo PRACE) do ME para o MNE/IC, é fundamental e urgente a realização regular, sob coordenação do IPAD, de reuniões técnicas sectoriais (área da Educação) com todos os actores da CP, incluindo da sociedade civil (associações, fundações, ONGD). A elaboração de Quadros Lógicos de Programas ou projectos resolve esta situação.</p>	
<p>12. Assumir um papel activo na harmonização da ajuda, particularmente intra-UE (aplicação do Código de Conduta sobre Divisão de Trabalho), podendo liderar a coordenação em alguns sectores (nomeadamente sector da segurança, entre outros).</p>	<p><b>Instituto Camões:</b> Coordenação portuguesa da área da Educação/Ensino: MNE/IC</p>	



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
13. Promover estudos analíticos e avaliações conjuntas com outros doadores.		
14. Agilizar o processo de concessão de vistos a estudantes ou quadros superiores que tenham sido seleccionados para frequentar cursos em Portugal, ao abrigo de acordos de cooperação entre Portugal e Cabo Verde aproveitando a existência de um oficial de ligação do SEF no terreno.		<b>IPAD:</b> Essa agilização foi possível efectuar no ano de 2008 com o apoio dos dois elementos do projecto CAMPO em consonância com os Serviços Consulares da nossa Embaixada.

## Recomendações Sectoriais Específicas

### Educação e Formação de Recursos Humanos

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>1. Transitar de uma estratégia de substituição de competências locais pela formação das mesmas, quer investindo na formação de professores cabo-verdianos e nas capacidades técnicas locais, quer apostando num apoio estruturante e sustentado ao ensino superior (através de uma visão integrada que inclua a política de bolsas, o apoio à Uni-CV e outras componentes);</p>	<p><b>Instituto Camões:</b> Promoção, em articulação com o ME cabo-verdiano, ISE e UNI CV, da formação de docentes dos ensinos básico e secundário, incluindo a distância, harmonizando e gerindo as necessidades de formação com as necessidades do país. Necessidade de identificação de coordenador institucional português para a formação local de docentes em todas as disciplinas do ensino básico e secundário (não apenas em Língua Portuguesa): IC como entidade mais adequada. Parceria com ME para a colocação em CV de formadores de docentes do ensino básico e secundário e com o MCES, Universidades e CRUP para leccionação na UNI CV.</p>	<p><b>IPAD:</b> O IPAD tem procurado seguir esta estratégia, podendo e devendo ser melhor articulada com os restantes actores da CP.</p>
<p>2. Terminar o PADES na sua vertente de envio de professores portugueses para leccionar no ensino secundário, uma vez que Cabo Verde tem vindo a formar os seus professores, diminuindo as necessidades de recorrer a professores estrangeiros;</p>	<p><b>Instituto Camões:</b> Promoção, em articulação com o ME cabo-verdiano, de concursos para docentes (de nacionalidade cabo-verdiana) do ensino secundário. Divulgação da abertura dos concursos nos países da diáspora (EUA, Portugal, França, Holanda, Brasil...), através das Embaixadas de Cabo Verde nos países, divulgação na página do IC na Internet e outros sítios.</p>	<p><b>IPAD:</b> O IPAD irá pôr termo ao projecto no final do ano lectivo de 2008/09. Tal só não sucedeu no ano lectivo precedente, porque houve um pedido expresso das autoridades cabo-verdianas nesse sentido. Em todo o caso, o número de professores portugueses tem vindo a ser progressivamente reduzido.</p>
<p>3. Relativamente à política de bolsas, (i) concentrar as bolsas de graduação (licenciatura) em áreas que são essenciais para o desenvolvimento de Cabo Verde (nomeadamente que não são cobertas pela Uni-CV, como os cursos na área da medicina, matemáticas e engenharias); (ii) aumentar as bolsas de pós-graduação (mestrados e doutoramentos); (iii) agilizar os procedimentos de atribuição de bolsas, nomeadamente estendendo o prazo para envio dos processos e simplificando a atribuição de vistos aos bolseiros;</p>	<p><b>Instituto Camões:</b> Identificação das áreas essenciais. Parceria com MCES, Universidades e CRUP para a concessão de bolsas e para a recepção de alunos cabo-verdianos em cursos e pós-graduações não existentes na UNIV CV. Negociação política entre os Governos de Portugal e de Cabo Verde para a concessão de bolsas em Portugal que obrigue os bolseiros a regressar a CV (ex.: entrega dos diplomas em CV; obrigatoriedade de emprego, por nº de anos a determinar, em</p>	<p><b>IPAD:</b> A lógica que tem presidido à concessão de bolsas nos últimos anos vai no sentido desta recomendação. Ou seja, tem sido privilegiada a concessão de bolsas internas para cursos de licenciatura ministrados por instituições públicas do Ensino Superior público cabo-verdiano e a concessão de bolsas em Portugal, principalmente para mestrados e doutoramentos) em áreas que não são abrangidas pelo Ensino Superior em CV.</p>

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	serviços do Estado cabo-verdiano; penalizações pelo não retorno: diminuição futura de concessão de bolsas; etc.	
4. Continuar o apoio estruturante na área da formação profissional, que corresponde a uma prioridade integrada estratégica para o combate ao desemprego e para o desenvolvimento de CV;	<b>Instituto Camões:</b> Parceria com os ME e MTSS/IEFP portugueses e cabo-verdianos para a identificação das áreas carenciadas e do perfil dos potenciais formandos, de modo a planear os cursos profissionais adequados.	<b>IPAD:</b> Esse apoio na área da formação profissional mantém-se, essencialmente através do Programa Integrado de Emprego e Formação Profissional.
5. Desenvolver, através da concertação entre o Ministério da Educação, o IPAD e o ICA, uma estratégia integrada de apoio à Língua Portuguesa no exterior. Esta estratégia terá certamente nuances consoante os países. No caso de Cabo Verde, a aposta deverá ser na produção de documentação, materiais pedagógicos e legislação em português; na promoção de materiais de ligação ao crioulo (p. ex. gramáticas e dicionários), na distribuição de livros técnicos e científicos (p. ex. na Uni-CV) e na formação dos agentes da língua (professores, educadores, mediadores). A coordenação com o IILP, com sede na cidade da Praia, deveria ser promovida;	<b>Instituto Camões:</b> Após a transição do ensino básico e secundário (operada pelo PRACE) do ME para o MNE/IC: - Articulação/parcerias com o ME e editoras portuguesas para apoio à criação de editoras locais vocacionadas para a produção de materiais pedagógicos e livros técnicos e científicos adequados à realidade cabo-verdiana (coordenação do Min. Educação cabo-verdiano e UNI. CV) – Min. Finanças fundamental para criação de incentivos às editoras portuguesas (designadamente fiscais). - Parceria com Assembleia da República, Min. Justiça português e Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra (com tradição no ensino do Direito nos PALOP) para colaboração na produção de legislação, incluindo a distância. Coordenação global do IC em articulação com o IILP	<b>IPAD:</b> A estratégia global para o reconhecimento da importância cultural, geoestratégica e económica da língua portuguesa no mundo já foi definida através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008, de 16 de Julho, bem como através da criação do Fundo da Língua Portuguesa, que permitirá o apoio a PPA neste domínio.
6. Realizar uma avaliação das feiras do livro, que permita repensar o modelo e estrutura actualmente implementados, de forma a criar sinergias entre editoras dos dois países e potenciar o desenvolvimento do sector editorial e de distribuição cabo-verdiano;	<b>Instituto Camões:</b> Proposta de extinção das Feiras do Livro Português, a substituir pela criação e equipamento bibliográfico de bibliotecas escolares e municipais – parceria com MC/DGLB, FCG e outras entidades (incluindo editoras e livreiros). Parceria com Min. Finanças e Cultura cabo-verdianos, Associação de Escritores e editoras portuguesas para a criação de editoras locais (Min. Finanças português fundamental para criação de incentivos às editoras portuguesas, designadamente fiscais). Coordenação global do IILP e IPAD.	<b>IPAD:</b> Não foram, ainda, dados passos significativos para a implementação desta recomendação, tanto mais que as autoridades cabo-verdianas responsáveis por esta área continuam a insistir na realização da Feira do Livro. Considera-se que a disponibilização de livros técnicos e literários deveria ser feita junto das bibliotecas escolares e municipais, possibilitando, assim o acesso a essas obras por parte da generalidade das populações das várias ilhas.

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

## Capacitação Institucional

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>1. Promover a inclusão de acções de reforço das capacidades locais e de desenvolvimento institucional nos programas de cooperação, de forma a promover progressivamente a apropriação, pelos cabo-verdianos, do seu processo de desenvolvimento (p. ex. na área da Saúde, reforçar as competências e infra-estruturas locais em áreas-chave para poderem ser diminuídos os valores das evacuações médicas);</p>	<p><b>Instituto Camões:</b> Criação de um Centro de Língua Portuguesa nas instalações da UNIV CV, como centro de recursos para variadas licenciaturas. Dotação das escolas secundárias das diversas ilhas com computadores ligados à Internet. Parceria com Min. Educação, MCES e empresas portuguesas de informática. Cursos específicos de LP para docentes e alunos de outras áreas, com recurso aos docentes de LP já formados pelo IC. Cursos específicos de LP para jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho, com défice na LP, incluindo a distância.</p>	<p><b>IPAD:</b> Esta tem sido um das preocupações centrais dos PPA apoiados pelo IPAD, cuja execução, numa percentagem muito elevada, é da inteira responsabilidade de entidades cabo-verdianas. Exemplos: Construção do Centro de Formação Profissional do Fogo/Brava; Instalação de uma Unidade de Hemodiálise.</p>
<p>2. Apostar numa visão integrada das acções de formação/capacitação, para assegurar a sustentabilidade dos resultados, ou seja, incluir as acções de curta duração em programas mais abrangentes que incluam outras componentes (p. ex. equipamento, outras assistências técnicas) que permitam às entidades cabo-verdianas dar continuidade aos conhecimentos adquiridos;</p>	<p><b>Instituto Camões:</b> Inclusão da previsão de acções de formação em LP e de necessidade de equipamentos associados nos programas e projectos dos vários sectores económicos e sociais, de modo a que a capacitação em LP constitua uma área transversal à Cooperação Portuguesa.</p>	<p><b>IPAD:</b> Trata-se de uma recomendação que tem sido progressivamente transmitida pelo IPAD junto dos diversos executores, no sentido de apostarem em acções de formação com carácter estruturante.</p>
<p>3. Investir na Justiça e na capacidade de proposição legislativa da administração pública em geral, uma vez que corresponde a uma mais-valia da CP e é fundamental face aos actuais desafios de Cabo Verde. Neste quadro, impõe-se a aposta em acções de média duração (por contraponto a formações de curta duração), e mais estruturantes, nomeadamente através de parcerias com outros doadores que permitam colmatar os constrangimentos financeiros.</p>	<p><b>Instituto Camões:</b> Cursos específicos de LP para funcionários que trabalham nessas áreas, incluindo a distância.</p>	<p><b>IPAD:</b> Na medida do possível tem sido a ser levada à prática esta recomendação, uma vez que os PPA da cooperação portuguesa incidem efectivamente na componente da capacitação da administração pública cabo-verdiana, tendo-se vindo a privilegiar, no caso dos PPA apoiados pelo IPAD, as acções que se afiguram ter um carácter mais estruturante, o que só é possível nas de média e longa duração.</p>

## Serviços Sociais e Solidariedade

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
1. Dar continuidade aos programas de apoio a grupos vulneráveis, reformulando os programas para que seja assegurada uma progressiva sustentabilidade dos mesmos em Cabo Verde.	<b>Instituto Camões:</b> Cursos específicos de LP para jovens e adultos com défice em LP. Cursos de formação em áreas culturais – parceria com MC e IEFP para cedência de formadores.	<b>MTSS:</b> - Sempre que possível e adequado criação de uma actividade paralela, mas autónoma para comparticipação nas despesas dos projectos; - Instituição de uma norma de transferência gradual no novo programa assinado. A intenção é demonstrar o esforço de intervenção do estado cabo-verdiano neste tipo de projectos; - Capacitação das próprias entidades para poderem aceder a outros pacotes de financiamento que não apenas os do MTSS, para fomentar a não dependência exclusiva de apenas uma linha de financiamento. <sup>2</sup>

### 3. Recomendações a Cabo Verde

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
1. Assumir uma posição mais marcante no que toca à coordenação entre doadores.	<b>Instituto Camões:</b> Diálogo entre o IC e os Min. Educação, Cultura, UNIV CV, ISE e IEFP cabo-verdianos para a harmonização da prestação da ajuda internacional.	-
2. Reforçar o processo de planeamento da cooperação com Portugal.	<b>Instituto Camões:</b> Diálogo entre o IC e os Min. Educação, Cultura, UNIV CV, ISE e IEFP para a planificação de um programa integrado de cooperação (internacional).	-
3. Reforçar a coordenação interna.	<b>Instituto Camões:</b> Identificação e responsabilização de 3 coordenadores institucionais cabo-verdianos para as áreas da Educação, Cultura e Trabalho.	-

<sup>2</sup> Todavia, é importante relembrar que:

1. A palavra sustentabilidade pode ser aplicada sobre várias perspectivas. Neste caso a interpretação recaiu sobre a questão financeira.
2. As actividades e projectos apoiados pelo MTSS são genericamente áreas de despesa, ou seja, são áreas em que dificilmente existe sustentabilidade própria (apenas quando existe disponibilidade pública).
3. Acresce a este facto que os grupos de trabalho são na sua maioria grupos desfavorecidos a vários níveis, e com dificuldades de ter uma actividade verdadeiramente produtiva e que produza receitas.

## ANEXO B – Ficha do Contraditório e de Seguimento da Avaliação de Três Intervenções no Sector da Educação na Guiné-Bissau

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>1. Continuar a apoiar o sector da educação na RGB, não só através das intervenções avaliadas mas também ao nível da capacitação institucional do próprio Ministério da Educação, numa óptica de abordagem sectorial integrada. A formação de professores deverá ser a grande prioridade. <b>(IPAD+RGB)</b></p>	<p><b>IPAD:</b> O PIC 2008-2010 prevê apoio no domínio da capacitação institucional do MENES.</p> <p>A formação de professores foi reforçada substancialmente no ano lectivo 2007/2008, prevendo-se ainda um alargamento progressivo até que todos os professores cooperantes sejam contratados apenas para formação.</p> <p>É indispensável que o Ministério da Educação de Portugal possa definir estratégias de actuação a nível da capacitação institucional do seu homólogo guineense, devendo o IPAD estimular a actuação do seu parceiro institucional. O PASEG já contempla a formação de professores, através dos Grupos de Acompanhamento Pedagógico. Haverá também que desenvolver este sub-projecto, quer aumentando a sua importância relativa no quadro do PASEG, quer encontrando uma parceria técnica em Portugal para dar suporte técnico e científico a um projecto nascido no seio do próprio PASEG. Também aqui há que estimular o MEPT a apresentar propostas.</p> <p>De facto, afigura-se que estas recomendações deveriam estar apontadas ao GEPE do ME, uma vez que é o parceiro institucional do IPAD para o sector.</p>	<p><b>FEC:</b> A FEC manteve a sua actividade de capacitação dos actores escolares, não só ao nível dos professores (71) como sub-directores, directores e representantes de comunidades ou estruturas privadas (como é o caso da Igreja Católica) com responsabilidades na gestão escolar (num total de 89). A este nível destaca-se o manual de procedimentos de escolas de auto-gestão elaborado durante o ano 2007/2008 que constitui um instrumento de importância maior quando falamos de escolas do interior do país, onde faltam referências e guias de conduta e que pode ser adaptado para escolas comunitárias de outro tipo ou mesmo publicas. Ao nível das estruturas a FEC acompanhou os processos de recolha estatística da DRE e Canchungo e tem articulado a sua acção com os inspectores escolares fazendo capacitação a partir da partilha de experiências. Foi ainda realizado o Fórum de Educação GB em parceria com o Instituto Camões que constitui um exemplo de ao nível da reflexão sobre a política nacional de educação.</p> <p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A formação (de professores, formadores de professores, direcções escolares e educadores de infância) é hoje a principal actividade do PASEG,</li> </ul>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		<p>a par da assistência técnica a diferentes Serviços do Ministério da Educação.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O Projecto Djunta Mon continua a assegurar principalmente a formação em exercício de professores do ensino básico no interior, mas tem envolvido sistematicamente as Equipas Técnicas Regionais (DRE/UAP) do Ministério da Educação nas regiões abrangidas.</li><li>▪ O Ministério da Educação de Portugal não tem, hoje, e desde de que o GAERI foi extinto e as respectivas competências passaram para o GEPE, qualquer iniciativa em matéria de cooperação, mantendo uma intervenção mínima no processo de recrutamento de novos AC.</li><li>▪ O IPAD realizou, em Maio e Junho de 2009, duas missões técnicas à Guiné-Bissau, uma de monitorização geral e acompanhamento, outra conjunta com a ESE de Viana do Castelo, procurando identificar constrangimentos e oportunidades de cooperação no sector da Educação e preparar uma revisão da orientação estratégica do PASEG, concretizada no início do ano lectivo de 2009-10.</li><li>▪ Para além de assistências técnicas por peritos, em função das necessidades que sejam identificadas no âmbito dos processos de reforma do sector, o PASEG prevê a contratação de um AC para assessoria ao Ministério da Educação e apoio à implementação do futuro Plano Sectorial de Educação,</li></ul>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		<p>visando reforçar a capacidade institucional e, ao mesmo tempo, a ligação entre as autoridades nacionais e os Projectos da CP.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O IPAD reestruturou e reforçou o apoio à Educação na GB para abranger cinco áreas estratégicas para a qualidade da resposta do sistema educativo, no contexto das prioridades identificadas na <i>Carta da Política do Sector Educativo</i>, aprovada pelo Governo da Guiné-Bissau: (1) <b>formação</b> científica e pedagógica inicial e contínua de professores; (2) formação de <b>directores de escola</b> para a qualidade do espaço educativo; (3) assistência técnica às <b>reformas curriculares</b> para reforço da contextualização e relevância do ensino; (4) capacitação institucional para a <b>Educação de Infância</b> e formação de educadores; (5) <b>Ensino Superior</b>.</li></ul>
<p>2. A aposta no apoio à consolidação da LP deve continuar, pela importância que esta tem na afirmação da RGB no contexto regional. <b>(IPAD+RGB)</b></p>	<p><b>MED:</b> Sim, tendo em vista a futura diminuição de docentes no terreno.</p> <p><b>IPAD:</b> Previsto no PIC 2008-2010.</p> <p>O PASEG é todo ele concebido à volta desta ideia, afigurando-se que a sua continuidade serve esta aposta.</p>	<p><b>FEC:</b> A FEC ministrou em 2007/2008, 37 horas de formação LP a 46 professores na região de Cacheu e 20 horas de formação LP a 28 professores na região de Bafatá. Acrescente-se a isto o acompanhamento em sala realizado a 42 professores.</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		<p><b>IPAD:</b> Previsto no PIC 2008-2010. Esta é a componente principal do PASEG, sendo de referir o lançamento de CAP (Cursos de Aperfeiçoamento de Português) para os professores de todas as disciplinas ainda não abrangidas pelas actividades de formação pedagógica (GAP) e o reforço do apoio ao Ensino Pré-Escolar (formação de Educadores de Infância), quer através do PASEG, quer através do Projecto “Bambram di Mindjer”, financiado pela linha de apoio à sociedade civil. A nova abordagem ao ensino Pré-Escolar reconhece que o acesso à Língua veicular de ensino na primeira infância, uma vez que é uma Língua não materna, condiciona o desempenho na aprendizagem básica. A consolidação da LP é também, a par da redução do abandono escolar, o objectivo do Projecto Djunta-Mon, que sucede ao +Escola (ex-PAEIGB) no interior da GB.</p>
	<p><b>MED:</b> Sim, uma vez que constitui uma mais valia, não só por ser língua oficial em reuniões regionais, como pela sua matriz jurídica comum.</p>	
<p>3. O IPAD deve melhorar os mecanismos de acompanhamento, criando uma base de dados que contenha informação desagregada e sistemática de todas as intervenções, bem como indicadores de progresso e de realização. <b>(IPAD)</b></p>	<p><b>MED:</b> Sim.</p>	<p><b>IPAD:</b> Todos os Projectos são enquadrados por Protocolos tripartidos que estabelecem os respectivos mecanismos de acompanhamento. A par destas responsabilidades de comunicação estruturada de progressos, assumidas pelos executores, foram reforçados os canais de acompanhamento directo, não estruturado, pelo IPAD. Por outro lado, os instrumentos de acompanhamento foram melhorados e hoje estão disponíveis</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		<p>indicadores qualitativos e quantitativos de processo e resultados para o PASEG e, para o Projecto +Escola, também de impacto.</p> <p>Não foi ainda criada uma base de dados específica para o sector da Educação e/ou para a GB, mas os dados estão disponíveis na zona de trabalho partilhada na Intranet (PIC/2009/Fichas de Projecto; Guiné-Bissau, Relatórios e Memorandos).</p>
<p>4. Os executores das diferentes intervenções da CP devem fazer esforços de coordenação. O IPAD deve promover essa coordenação, quer na fase de concepção, quer de execução, através de reuniões regulares com todos os actores portugueses no terreno, no sentido de promover a complementaridade e potenciar sinergias na sua actuação. <b>(MED/PASEG/FEC/FDUL/IPAD)</b></p>	<p><b>IPAD:</b> O PASEG não é um parceiro. Para o IPAD poder assumir um papel mais activo na coordenação, terá de primeiramente deixar de assumir quase na íntegra a execução do Programa. Haverá que, ou estimular um papel mais activo ao GEPE/ME, ou encontrar uma solução alternativa para a execução do Programa.</p>	<p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ As missões recentes (Maio, Junho, Novembro 2009) do IPAD à Guiné-Bissau reuniram com todos os actores da CP no sector, em simultâneo, e ainda com o Ministério da Educação, representado pelo Ministro e responsáveis pelos diferentes níveis de ensino. Por outro lado, promoveu-se uma discussão participada da revisão do PASEG, aproveitando a vocação deste Projecto para plataforma de integração sectorial da cooperação, e foram identificadas medidas para reforço da articulação da CP, designadamente a contratação de um assessor para o Ministério da Educação e a instituição de reuniões periódicas de coordenação, promovidas pela Embaixada, entre a CP e entre a CP e o Ministério.</li><li>▪ Está em negociação um compromisso de parceria técnica com o UNICEF para execução integrada e complementar, através do PASEG e do Djunta Mon (FEC), de quatro</li></ul>



<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>RESPOSTA DOS SERVIÇOS</b>	<b>SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)</b>
		<p>componentes do Programa UNICEF: reabilitação e equipamento de Escolas do ensino básico; revisão dos currículos de formação inicial de professores, programas e manuais escolares; formação de formadores das Equipas Técnicas Regionais; e monitorização e avaliação.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Quer o PASEG, quer o Projecto de Cooperação com a FDB têm apoiado outras intervenções da CP (Polícia Judiciária, Técnico-Policial, Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos da Câmara Municipal de Bissau, etc.), disponibilizando formação em LP, Informática, Direito ou AT.</li></ul>
	<b>MED:</b> Sim.	
	<p><b>PASEG:</b> A Coordenação do PASEG está disponível para a referido esforço que nos parece dever ser igualmente promovido, no terreno, pela Embaixada de Portugal.</p> <p>Entretanto, os contactos da coordenação do PASEG com os restantes 2 projectos avaliados têm sido frequentes desde o regresso da coordenadora ao terreno (Fev. 2008).</p> <p>Uma vez que o projecto da FEC abrange unicamente regiões do interior, a articulação poderá ser mais produtiva quando o PASEG deixar de estar confinado a Bissau.</p>	<p><b>PASEG:</b> O PASEG manteve a sua disponibilidade para articular intervenções com os restantes projectos da CP, tendo-se previsto uma ampla articulação no campo da alfabetização com os projectos financiados pelo MTSS de Portugal na região de Quinara, sector de Buba. No entanto, a diminuição do número de professores do PASEG e a inexistência de viatura que permitisse viagens ao interior, impediu essa acção conjunta. Respondeu-se às solicitações da FDUL. Espera-se que, aquando da implementação do Plano Sectorial de Educação, a complementaridade entre os diferentes projectos/programas seja mais clara e actuante.</p>
	<b>FEC:</b> A FEC participa nas reuniões que venham a ser	A FEC materializou acções de concertação regular com os outros



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	<p>agendadas, solicitando apenas aviso atempado para efectuar as deslocações. Promove reuniões e convida os parceiros referidos nas suas actividades em função da pertinência e adequação às entidades. Disponibiliza os seus relatórios de avaliação anual ao IPAD, GAERI, ao MED e às entidades estatais locais (INDE, DRE).</p> <p><b>FDUL:</b> Concordamos com os termos da proposta de reforço da complementaridade e das sinergias das actuações apoiadas pela Cooperação Portuguesa no sector da Educação na Guiné-Bissau. Nessa medida, manifestamos toda a nossa disponibilidade para participar nas reuniões que o IPAD promover com todos os intervenientes portugueses no terreno, bem como para encarar outras formas de colaboração que o IPAD ou as entidades responsáveis pela execução dos projectos venham a propor.</p>	<p>projectos alvo de avaliação. Para além do envio dos relatórios de avaliação e outros produtos físicos da sua acção, destaca-se: Fórum de Educação (Fevereiro 2008); Jantar temático sobre educação (Fevereiro 2009). Foram ainda constantes os contactos e trocas de informação com todos os intervenientes, incluindo a visita de dois vereadores de St. Maria da Feira às Oficinas do PASEG, ou o acompanhamento do Adido e outros funcionários do IPAD às actividades da FEC.</p> <p>Têm sido realizados contactos informais entre o Assessor Científico da FDB e os responsáveis do PASEG e da FEC, que resultaram na contratação para os serviços da FDB - Biblioteca e Secretaria - de vários guineenses formados pelas Oficinas de Língua Portuguesa do PASEG.</p>
<p>5. O PASEG deve ser revisto e estruturado com objectivos, metas e resultados a alcançar, devendo centrar a sua atenção na capacitação institucional e na formação de professores, única forma de poder produzir mudanças qualitativas significativas e duradouras no sistema de ensino a médio e longo prazo. <b>(IPAD+MED)</b></p>	<p><b>IPAD:</b> Concorda-se com a recomendação, mas ela depende da mesma questão anteriormente referida: encontrar um promotor/executor para o Programa (até agora tem sido a coordenadora do PASEG a elaborar os Planos de Actividades.</p> <p>Está em curso um trabalho para apresentar soluções neste ponto.</p>	<p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O PASEG foi revisto nos objectivos específicos, resultados e metas (qualitativas e quantitativas).</li><li>▪ Foi identificada a ESE de Viana como parceiro para acompanhamento técnico-pedagógico do PASEG.</li><li>▪ O PASEG tem em curso actividades de formação de educadores de infância; formação inicial de professores do ensino básico, através do acompanhamento e supervisão de estágios de Prática Pedagógica;</li></ul>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		<p>formação de formadores da Escola Normal 17 de Fevereiro (Ensino Básico); formação contínua de professores do ensino básico; formação contínua de professores do ensino secundário; formação de direcções escolares e reforço da qualidade do espaço educativo; reformas curriculares da formação inicial de professores e do ensino básico; formação de alfabetizadores; apoio institucional à Direcção de Educação de Infância e à Direcção do Ensino Básico e Secundário; outras assistências técnicas especializadas ao Ministério da Educação.</p>
	<p><b>MED:</b> Sim, uma vez que o Programa foi-se construindo e estruturando ao longo do tempo, para ultrapassar os obstáculos encontrados no terreno.</p>	
	<p><b>PASEG:</b> Considera-se que o documento de projecto, apresentado ao IPAD, contempla os aspectos referidos (objectivos, metas e resultados).</p> <p>Quanto ao apoio institucional, o PASEG tem capacitado as Direcções das escolas através da informatização das secretarias, da concepção de uma base de dados (“Registo Informático de Avaliações”), da oferta de material informático e da formação em informática.</p> <p>A formação de professores (em exercício) é já uma realidade, uma vez que os Grupos de Acompanhamento Pedagógico (GAP) beneficiam já grande parte dos professores dos 5 liceus de Bissau.</p> <p>Esta formação foi mesmo formalizada através dum Protocolo específico para os GAP, assinado pelo Ministro da Educação e do Ensino Superior e pelo</p>	<p><b>PASEG:</b> No que respeita à capacitação institucional, o PASEG continuou a apoiar a gestão das escolas em que tem professores colocados, apoiando sistematicamente as Direcções na gestão, dando formação em informática aos funcionários administrativos (Secretaria e Estatística), doando material informático e assistência técnica ao dito equipamento.</p> <p>Quanto à formação de professores, para além de se continuar os GAP no seguimento do trabalho realizado nos 2 anos anteriores, de acordo com as possibilidades existentes em recursos humanos, implementaram-se os CAP (Cursos de Aperfeiçoamento do Português) em 4 liceus e uma escola básica.</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	Presidente do IPAD.	No âmbito dos GAP e dos CAP, o PASEG elaborou todos os horários de professores, tornando possível a inclusão das formações nos horários de docência. Os resultados de todo este esforço foram limitados pelas greves e outras interrupções lectivas, constrangimentos decorrentes do facto do PASEG desenvolver a sua acção no sistema público.
6. A leccionação nos liceus deve ser abandonada e os professores portugueses devem centrar a sua atenção na formação em exercício. Estrategicamente, a formação de professores, feita de forma avulsa, deve dar lugar a um apoio mais estruturado, preferencialmente na formação inicial. <b>(IPAD+MED)</b>	<p><b>IPAD:</b> Não deve misturar-se formação em exercício, com formação inicial, pois são dois campos muito distintos. A realidade do sistema educativo guineense não se coaduna, nem como o abandono puro e simples da leccionação, nem como uma formação estruturada. A carreira docente não existe, o atraso no pagamento dos ordenados dos professores guineenses é sistemático, para além dos mesmos serem insuficientes para a sobrevivência dos professores.</p> <p>Os GAP, sendo reforçada a sua acção e completada com outro suporte técnico e científico, afiguram-se ser a melhor forma de abordar formação em exercício de professores para a realidade guineense.</p> <p><b>MED:</b> Sim. Contudo, existem limitações dado que não existe ainda, por parte do MEES um ECD. Por outro lado, o que é pago pela CP não constitui um incentivo</p>	<p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Os GAP configuravam já um sistema avançado de formação em exercício, de proximidade, com potencial para a formação sistemática de professores em cada escola. Este modelo foi aperfeiçoado para incluir observação de aulas/supervisão pedagógica. O PASEG não mantém actividade lectiva.</li><li>O PASEG abrange agora todos os professores do Ensino Básico em formação inicial na Escola Normal 17 Fevereiro e os metodólogos e orientadores de estágio desta Escola, através de Grupos de Estágio constituídos nas escolas anexas, liderados por um AC do PASEG e um orientador da 17 de Fevereiro, no sentido de melhorar a qualidade das Práticas Pedagógicas. Este modelo de apoio deverá estender-se, numa próxima fase, à Escola Normal Superior Tchico Té e aos futuros professores do Ensino Secundário.</li></ul>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	<p>para deslocar para o terreno professores com o perfil adequado. Embora os GAP, a este nível, constituam uma 1ª abordagem, só o tempo mostrará se a se pode considerar eficaz.</p> <p><b>PASEG:</b> Desde o início dos GAP, em 2006/07, os professores portugueses têm vindo a diminuir gradualmente o número de horas dedicadas à leccionação. Em 2007/08 já garantiram apenas a docência a 1 turma, com excepção dos contratados pela primeira vez, já que o seu desconhecimento da realidade local dificulta em muito a sua competência para formarem professores. Esta limitação está, aliás, contemplada no Protocolo atrás referido.</p> <p>Quanto à formação inicial, colocam-se duas questões: uma relacionada com as habilitações dos agentes de cooperação e outra com as prioridades estabelecidas pelas autoridades guineenses que nunca formularam o pedido de apoio à leccionação na Escola Normal Superior de T'Chico Té.</p> <p>Para além das habilitações, os moldes actuais de selecção dos professores portugueses para o PASEG não parecem compatíveis com a leccionação no ensino superior, já que a competência para a função não é desse modo assegurada.</p> <p>Refere-se ainda que grande parte dos professores efectivos dos liceus não tem preparação pedagógica nem suficiente preparação científica, pelo que o investimento exclusivo na formação inicial, a curto e médio prazos não irá promover a melhoria da qualidade do ensino, uma vez que o número de novos professores a entrarem nos quadros das escolas é muito pequeno quando comparado com o número de professores efectivos sem preparação.</p>	<p><b>PASEG:</b> Há 3 anos que a vertente fundamental do PASEG é a formação em exercício. Nesse sentido apenas os agentes de cooperação que cumprem o seu primeiro contrato não participam nos GAP, tal como previsto no Protocolo assinado pelo IPAD e pelo MEES, participando no entanto nos CAP. Advém daí que a docência tem carácter residual e funciona como uma preparação para os GAP, no ano seguinte.</p> <p>Não se considera a formação desenvolvida como avulsa, já que obedece aos programas oficiais, cumpre horários pré-definidos e inclui observação de aulas de todos os professores guineenses, segundo um plano pré-estabelecido.</p> <p>As interrupções lectivas foram o único, embora grande, constrangimento dos GAP no presente ano lectivo.</p> <p>Paralelamente, integrados nas actividades das Oficinas decorrem normalmente cursos de português, por inscrições voluntárias, destinados a alunos. Esses cursos têm enorme adesão e mantêm vivas as Oficinas mesmo durante as greves.</p> <p>Quanto à formação inicial ela só poderá ter lugar (i) quando o PASEG for enquadrado pela assistência técnico-</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		<p>científica de uma instituição do ensino superior, como está previsto desde o seu início; (ii) quando tiver lugar a reestruturação das Escolas Normais, o que certamente acontecerá aquando da implementação do Plano Sectorial de Educação. Até esse momento não parece possível pensar-se em apoio à formação inicial até porque os professores guineenses das Escolas Normais oferecem enorme resistência à hipótese de inclusão de professores portugueses no corpo docente ou à alteração dos currículos dos cursos.</p> <p>Regista-se o facto dos finalistas da Licenciatura em Português, ministrada na Escola Normal Superior de T'Chico Té pelo Instituto Camões, terem o seu estágio nos liceus onde exercem funções professores do PASEG. No entanto, nunca foi dado conhecimento de tal facto ao PASEG e muito menos lhe foi pedido qualquer colaboração no acompanhamento dos ditos finalistas. Este facto é elucidativo quanto à incapacidade de articulação dos diferentes projectos da CP, tanto no terreno, como a nível institucional, em Portugal.</p>
<p>7. O PASEG deve, também, incorporar a capacitação institucional, contribuindo para colmatar, no curto prazo, a incapacidade do MEES em produzir um conjunto de documentos essenciais, inclusivamente para o bom andamento do programa. <b>(MED/PASEG)</b></p>	<p><b>IPAD:</b> Respondido em 1.</p>	<p><b>IPAD:</b> O PASEG inclui missões de assistência técnica de composição variável, conforme as necessidades identificadas no contexto das reformas em preparação (designadamente curriculares), e prevê a contratação de um assessor especialista em planeamento</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		para apoio ao Ministério da Educação na elaboração e implementação do Plano Sectorial de Educação.
	<b>MED:</b> Sim, em articulação com os outros órgãos institucionais envolvidos no processo.	
	<b>PASEG:</b> O MEES faz depender a elaboração dos documentos referidos da concepção de um Plano Sectorial de Educação (PSE), cujo processo foi já iniciado pela UNESCO / Pôle de Dakar.  O PASEG tem participado activamente no processo de Diagnóstico do Sistema Educativo (1ª fase do PSE), através dos seminários promovidos pelo MEES, tradução dos instrumentos de análise e adaptação das provas de Português e Matemática.	<b>PASEG:</b> A Lei de Bases do Sistema Educativo está em fase avançada de elaboração e o Estatuto da Carreira Docente, elaborado há muito mas não promulgado, foi agora actualizado e vai ser aprovado no curto prazo.  Esta evolução deu-se no âmbito da elaboração do Plano Sectorial de Educação que está agora na fase final, estando já finalizados o Diagnóstico do Sistema Educativo, as simulações financeiras e a Carta Política de Educação.  O PSE deverá estar concluído em Agosto de 2009, passando-se, seguidamente à fase de implementação.
	8. O alargamento do PASEG aos liceus do interior deve ser equacionado de forma faseada, em articulação com o projecto “Mais Escola”, na medida em que o programa tiver capacidade para libertar os necessários recursos. <b>(IPAD+MED/PASEG/FEC)</b>	<b>IPAD:</b> Não existem condições nem orçamentais, nem organizativas e nem logísticas para sair de Bissau.  <b>MED:</b> Um eventual alargamento, deverá sempre ser



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	<p>antecedido de um levantamento de necessidades do Programa e uma avaliação global do estado de arte neste domínio.</p> <p><b>PASEG:</b> O objectivo do PASEG deve ser recentrado, aproveitando-se, no entanto, o que já está no terreno. Caso venha a verificar-se o seu alargamento, o MEES deverá assegurar o transporte dos referidos professores para os liceus do interior</p> <p>O PASEG aguarda viaturas para iniciar o Ano 0 – deslocações semanais a 2 ou 3 liceus do interior.</p> <p>A fase seguinte implicará também alojamentos nas cidades.</p> <p>Parece desejável que as cidades contempladas pelo projecto “Mais Escola” (Canchungo e Bafatá) venham a beneficiar do apoio do PASEG, no ensino secundário, num futuro próximo, potenciando a intervenção da cooperação portuguesa junto das Direcções de Educação regionais.</p> <p>Regista-se que o alargamento do PASEG ao interior do país ainda não é uma realidade por limitações logísticas, nomeadamente uma viatura.</p> <p><b>FEC:</b> A FEC pode disponibilizar as informações referentes aos liceus geridos parcial ou integralmente pela Comissão Interdiocesana de Educação e Ensino da Igreja Católica ou facilitar contactos para a obtenção de dados que permitem uma adequação ao local.</p>	<p><b>PASEG:</b> Não foram disponibilizadas viaturas e foi diminuído o número de agentes de cooperação pelo que as acções tiveram que ser redimensionadas, de acordo com essas limitações.</p> <p>Não houve qualquer solicitação neste sentido.</p>
<p>9. Deve ser feita a avaliação regular da intervenção, do ponto de vista didáctico e pedagógico, para apreciar a eficácia das metodologias utilizadas e a relevância do perfil dos formadores. Esta tarefa deve competir, em primeiro lugar, ao Ministério da Educação de Portugal. <b>(IPAD+MED/PASEG)</b></p>	<p><b>IPAD:</b> O PIC 2008-2010 define indicadores de desempenho específicos para as intervenções no domínio da Educação.</p> <p>O PASEG não é um parceiro. De facto é importante que o Ministério da Educação de Portugal, ou outra entidade tecnicamente habilitada, valide a</p>	<p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O PIC 2008-2010 define indicadores de desempenho específicos para as intervenções no domínio da Educação. No entanto, não se afigura que o GEPE possa colaborar de alguma</li></ul>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	<p>componente didáctica pedagógica do PASEG. O IPAD deve estimular o GEPE a dar respostas neste sentido.</p>	<p>forma na avaliação dos projectos.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O PASEG e Djunta Mon prevêm mecanismos de monitorização e avaliação de processos, resultados e impactos.</li></ul>
	<p><b>MED:</b> Sim. A mesma deverá ser feita com os serviços competentes do MED.</p>	
	<p><b>PASEG:</b> Seria desejável que existisse um acompanhamento didáctico-pedagógico por um especialista, nomeadamente no que se refere aos GAP, que se deslocaria em missões de curta duração para auxiliar a nível de metodologias. Para além disso essa supervisão poderia ser garantida em Portugal, antes da vinda dos professores e continuada através da Internet.</p> <p>O perfil dos professores e a sua selecção não são determinados pelo PASEG.</p> <p>Regista-se aqui a necessidade de uma maior exigência no processo de selecção quanto ao perfil dos candidatos, dadas as dificuldades do contexto e a complexidade do programa, englobando 3 projectos e uma grande variedade de intervenções junto da comunidade.</p>	<p><b>PASEG:</b> Não foi previsto esse acompanhamento didáctico-pedagógico. O enquadramento por uma instituição do ensino superior seria essencial para a selecção e avaliação dos professores.</p> <p>Mantém-se a necessidade dum maior selectividade no processo de contratação de novos agentes o que só será possível se as condições retributivas forem revistas. É possível que nesse caso se consiga diminuir o número de agentes que decidem não renovar o seu primeiro contrato. Este facto constitui um constrangimento do projecto dado diminuir o número de formadores dos GAP.</p>
<p>10. O perfil do coordenador do PASEG deve ser definido em função dos objectivos a atingir e das actividades a implementar. Este coordenador deve estar em permanência no terreno e evitar grande dispersão relativamente ao objectivo principal do programa. <b>(MED/PASEG)</b></p>	<p><b>IPAD:</b> O PASEG não é um parceiro. A Coordenação no terreno permanente é essencial ao desenvolvimento do PASEG (como de qualquer outro projecto de alguma dimensão) num país como a Guiné-Bissau. Ultrapassado um problema inicial, desde Fevereiro que foi retomada a permanência da Coordenação no terreno.</p>	<p><b>IPAD:</b> É necessário distinguir entre coordenação científico-pedagógica – até agora limitada por ausência de um parceiro que pudesse assumir essa responsabilidade – e coordenação/gestão da implementação do programa de actividades e da execução financeira do Projecto. A primeira foi assumida pela ESE de Viana do Castelo e a segunda por um AC com perfil de gestor. As duas posições estão enquadradas por termos</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		de referência específicos e em coerência com a estrutura lógica do Projecto.
	<p><b>MED:</b> Sim, uma vez que até agora o PASEG tem sido um projecto personalizado, conhecido não só pelas suas actividades centrais, mas pela diversidade de actividades complementares que desenvolve.</p>	-
	<p><b>PASEG:</b> A selecção do coordenador foi da responsabilidade do IPAD e do GAERI, após vários anos de coordenação do PASEG (a partir de Portugal, com missões regulares ao terreno).</p> <p>O objectivo principal do PASEG foi desde o início definido pelas autoridades guineenses como sendo a promoção e divulgação do português, como língua oficial e de ensino.</p> <p>A grande diversidade de intervenções no âmbito do PASEG são um meio de atingir o objectivo geral proposto já que se considera que a permanência do português na Guiné-Bissau não será garantida unicamente pela sua salvaguarda nas escolas, mas antes pela promoção do seu uso em todo o tipo de contextos. O confinamento do seu uso às escolas constituirá sempre uma grande fragilidade.</p>	<p><b>PASEG:</b> O perfil do coordenador, tal como o dos professores, deverá estar previamente definido. Também neste caso importará rever as condições retributivas, de acordo com a exigência das funções, do contexto e do valor que os restantes coordenadores da CP auferem nos restantes países e projectos, garantindo-se assim a esperada coerência.</p> <p>Quanto à dispersão, ela não foi decidida pela coordenação do PASEG mas sim pela Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau que foi sendo sistematicamente confrontada com as pressões locais para um aproveitamento dos recursos humanos existentes no campo do ensino da língua portuguesa.</p> <p>O que se considera nesta avaliação <i>dispersão</i> foi exactamente aquilo que sempre justificou a presença dos professores portugueses em Bissau, dadas as fragilidades do sistema educativo e as interrupções delas decorrentes.</p> <p>Por outro lado foi essa dispersão que concorreu para a expansão do português como língua não exclusivamente usada na administração pública e nas salas de aula.</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>11. Na Alfabetização, que já avançou focalizada na formação, deve haver articulação com as autoridades guineenses, no sentido de se tentarem algumas sinergias com as restantes intervenções no terreno. <b>(MED/PASEG/RGB)</b></p>	<p><b>MED:</b> Sim.</p> <p><b>PASEG:</b> A única intervenção no domínio da alfabetização promovida com o apoio do MEES é o projecto Alfa TV, promovido pela cooperação cubana, com a coordenação técnica da Universidade do Pará (Brasil).</p> <p>Este projecto, depois de alguns meses, foi interrompido. O MEES não fornece informações quanto à data de reinício.</p> <p>Os resultados dos primeiros cursos de alfabetização do Alfa TV não parecem ser animadores.</p> <p>A avaliação interna feita em Maio de 2008 ao Projecto de Alfabetização do PASEG foi muito positiva parecendo dever ser continuado o trabalho iniciado, alargando-o ao interior. Está previsto o início em Buba para Outubro de 2008, em articulação com o Gabinete de Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal. Por outro lado, prevê-se a articulação com diversos outros projectos de ONG, financiados pelo IPAD.</p> <p>A experiência de implementação do projecto durante o ano lectivo de 2007/08 permite já que se tirem algumas conclusões acerca dos constrangimentos e da melhor forma de os ultrapassar</p>	<p><b>PASEG:</b> O trabalho a nível dos Núcleos de Alfabetização continuou, sendo regularmente dada informação ao MEES.</p> <p>A Direcção-Geral de Educação de Adultos disponibilizou-se para certificar os alfabetizados pelo PASEG e solicitou que fosse planificada a escolarização de adultos, de forma a dotar os recém-alfabetizados do diploma da 4ª classe.</p> <p>Este objectivo poderá ser integrado no PASEG, desde que haja o necessário apoio técnico-científico.</p> <p><b>IPAD:</b> Continuam as actividades de formação de alfabetizadores em articulação com as autoridades guineenses, preparando-se uma experiência de escolarização de alfabetizados. Mas a revisão desta área de intervenção não está concluída.</p>
<p>12. A sustentabilidade da FDB passa pela assumpção plena das responsabilidades científicas e pedagógicas inerentes e pela capacidade de direcção e gestão da FDB, áreas que deverão merecer atenção nos próximos anos do projecto. A estratégia de saída (ainda que a médio prazo), deve identificar claramente o processo de apropriação e assumpção de responsabilidades da parte guineense. <b>(FDUL)</b></p>	<p><b>FDUL:</b> Reafirmamos o empenho colocado pela FDUL, desde o momento fundacional da FDB, na criação de uma escola jurídica auto-sustentável, quer na leccionação dos diversos graus de ensino, quer na formação dos seus docentes, com tradução numa produção científica autónoma e no entrosamento com as instituições políticas e sociais do Estado guineense. Para alcançar este desiderato, a FDUL proporá as acções necessárias à gradual transferência das responsabilidades científicas e</p>	<p><b>FDUL:</b> A equipa docente de assistentes portugueses em Bissau foi reduzida no corrente ano lectivo em metade, para dois elementos, com a consequente transferência de regências para docentes guineenses, e foi concretizada a contratação do Secretário da FDB, para garantir a consolidação administrativa do Projecto. O ritmo da formação pós-graduada do corpo docente da FDB</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	<p>pedagógicas para os órgãos de governo próprio da FDB logo que esses órgãos se mostrem capacitados para exercer aquelas responsabilidades. Em termos muito concretos, a FDUL irá propor, já para o próximo ano lectivo, a redução de um (1) elemento da equipa de docentes portugueses presentes em Bissau, com a correspondente criação de novas regências e assessorias atribuídas a docentes guineenses. Irá propor, também, por forma a garantir a auto-sustentabilidade da Secretaria e dos demais serviços de apoio administrativo – vital para o Projecto –, a contratação de um coordenador contratado pela Parte Portuguesa, que permitirá não só garantir a consolidação da estrutura administrativa da FDB, como libertar para o exercício das funções lectivas que lhes correspondem os docentes portugueses que actualmente supervisionam e asseguram a realização de diversas tarefas administrativas.</p>	<p>permite afirmar que estão reunidas as condições para que este possa ser a breve trecho exclusivamente, ou quase exclusivamente, bissau-guineense. Para que esse objectivo seja alcançado é, contudo, indispensável que seja alargado o número de Doutores em funções na FDB.</p> <p><b>IPAD:</b> Foi reduzido o número de elementos expatriados na FDB (Assessor Científico; Chefe de Secretaria; 1 professor e 1 Leitor de Português) e identificados os pressupostos, em número de docentes guineenses com habilitação ao nível de doutoramento, para apropriação plena das responsabilidades científicas e pedagógicas. No entanto, pelas circunstâncias específicas de fragilidade do Estado e indefinição da organização do ensino superior público, este Projecto não pode ser avaliado através de critérios estritos de apropriação e sustentabilidade. Acresce que o papel desempenhado pela FDB na defesa do Estado de Direito transcende a formação de juristas e não é compatível, nesta fase, com o menor risco de ameaça à independência da instituição.</p>
<p>13. A RGB deve criar os documentos orientadores e enquadreadores do sistema de ensino, definindo e implementando uma lei de bases do sistema educativo, um estatuto da carreira docente, fazer a reforma curricular; definir um sistema de formação em exercício, para além da formação inicial dos professores. <b>(RGB)</b></p>	<p><b>MED:</b> Sim.</p>	<p><b>FEC:</b> A FEC tem insistido nesta necessidade junto das diferentes estruturas do ministério de educação (INDE; Direcção Geral do Ensino Básico; Secretário de Estado e Ministro de Educação). Não é evolução significativa nesta matéria.</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		<p><b>IPAD:</b> O Governo aprovou recentemente a <i>Carta de Política do sector Educativo</i> e tem em curso a elaboração de um <i>Plano Sectorial da Educação</i>, que prevê processos de reforma estrutural do quadro normativo do sistema de ensino (legislação, sistemas e currículos de formação inicial e em serviço).</p>
<p>14. A RGB deve aprovar o estatuto do ensino superior e da UAC e definir claramente o modelo de integração da FDB no ensino superior público. <b>(RGB)</b></p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>15. O MEES deve reflectir sobre a necessidade de se adoptar um sistema de formação em serviço, certificado pelas entidades competentes, e susceptível de contribuir para o percurso profissional dos formandos. Neste quadro, a formação dispensada pelo PAEIGB e pelo PASEG deve ser objecto de análise, para eventual efeito de progressão dos professores na carreira. <b>(RGB)</b></p>	<p><b>MED:</b> Sim. No caso da formação contínua, este trabalho poderá ser feito em articulação com o MED.</p>	<p><b>FEC:</b> A FEC tem insistido nesta necessidade junto das diferentes estruturas do ministério de educação (INDE; Direcção Geral do Ensino Básico; Secretário de Estado e Ministro de Educação). Não é evolução significativa nesta matéria.</p> <p><b>IPAD:</b> Nos Protocolos de enquadramento do PASEG e Djunta Mon está previsto o reconhecimento das formações no âmbito destes Projectos para valorização profissional dos docentes e progressão nas carreiras. Os termos específicos de contagem e reconhecimento serão negociados com o INDE e Ministério da Educação no decurso deste ano lectivo</p>
<p>16. Para reduzir o absentismo na formação poderá ser equacionada a concessão de um subsídio. Para o efeito, será necessário fazer um estudo sobre o nº de professores do ensino secundário na RGB e sua distribuição por grupos disciplinares, para se estimar os custos inerentes. A existirem, os subsídios deverão ser pagos em função da efectiva frequência</p>	<p><b>IPAD:</b> Embora se concorde que a atribuição de subsídios aos formandos é uma quase garantia de participação, a sua adopção, para além dos custos acrescidos que importa, é um factor de pouca sustentabilidade da acção.</p>	<p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Os GAP têm funcionado com elevada assiduidade (ca. 85%) dos professores abrangidos em contexto normal de aulas. Apenas as situações de greve prolongada põem em causa a</li></ul>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
da formação. (IPAD/RGB)		<p>continuidade das formações.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Para estímulo à assiduidade deve ser afastada qualquer compensação financeira, uma vez que criaria um problema adicional de sustentabilidade do sistema educativo e poderia mesmo influenciar negativamente a resolução de atrasos salariais.</li><li>▪ O <b>PASEG</b> passou a integrar um conjunto de recursos de estímulo não financeiro à assiduidade dos professores: entrega condicionada de material didáctico-pedagógico; certificação das formações; atribuição de responsabilidades diferenciadas para valorização do estatuto dos mais participativos; apoio alimentar; compensação de custos de transporte.</li></ul>
	<p><b>MED:</b> Sim.</p>	
	<p><b>PASEG:</b> O absentismo nos GAP tem-se ficado a dever às greves por não pagamento de salários, à excessiva carga horária dos professores e à sobreposição dos horários de docência e de formação.</p> <p>Quanto ao subsídio ele só teria efeito se fosse suficientemente elevado para justificar o abandono da leccionação nas escolas privadas, para além do facto de a ideia nunca ter sido aceite pelos vários Ministros da Educação.</p> <p>O valor total que tal subsídio atingiria, dado o elevado número de professores implicados, não parece possível de ser contemplado pelo PASEG.</p>	<p><b>PASEG:</b> O absentismo nos GAP é baixo no período do normal funcionamento das escolas. Dado que os horários para 2008-09 foram feitos pelos professores do PASEG, estando neles incluídas as 4h de formação (GAP/CAP) foi ultrapassado o problema da sobreposição destas com as da docência.</p> <p>Os CAP (cursos de aperfeiçoamento de português para os professores das disciplinas não abrangidas pelos GAP) tiveram dificuldades de implementação derivadas de não estarem previstos no Protocolo IPAD/MEES e também de ser o primeiro ano de criação (iguais</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		<p>dificuldades ocorreram no primeiro ano de implementação dos GAP).</p> <p>Deverá ser formalizada a obrigatoriedade dos CAP e definidos objectivos apelativos a serem atingidos, independentemente das áreas disciplinares dos professores beneficiários.</p> <p>Quanto ao pagamento de subsídios aos formandos deverá ser tidos em conta os custos elevados, o facto das horas de formação serem incluídas nos horários e a concordância do MEd da Guiné-Bissau.</p>
<p>17. No MEES da RGB deve existir um ponto focal para o acompanhamento dos diferentes projectos no sector da educação, que seja facilitador do diálogo entre os diferentes actores, agilize a execução e promova a necessária articulação das diferentes intervenções da cooperação. <b>(RGB)</b></p>	<p><b>MED:</b> Sim, uma vez que poderia assegurar, conjuntamente com a Coordenadora do PASEG, a implementação e boa execução das actividades/projectos que compõem o Programa.</p>	<p><b>IPAD:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Foram instituídas reuniões regulares entre os responsáveis de cada nível de ensino no Ministério da Educação e os Coordenadores dos Projectos da CP nessas áreas, o que tem favorecido também contactos pessoais e informais, ajudando a resolver constrangimentos.</li><li>▪ O especialista em planeamento a contratar para assessoria junto do Ministério da Educação, no âmbito do PASEG, deverá desempenhar também este papel de ponto focal.</li></ul>
<p>18. A FEC deve, em futuros projectos, quantificar os objectivos, recursos e resultados a alcançar. <b>(FEC)</b></p>	<p><b>FEC:</b> A FEC compromete-se a quantificar os objectivos, recursos e resultados a alcançar cuja informação se encontrará nos relatórios de projecto. Para uma avaliação do progresso de desempenho dos professores, a FEC concebeu a título experimental o Índice de Capacidade Lectiva em conjunto com a Escola Superior de Educação de Torres Novas. «Este indicador tem por objectivo</p>	<p><b>FEC:</b> O Projecto +escola contém quadro lógico e indicadores SMART (onde se inclui o ICL). Os dados foram tratados no decorrer do ano 2007/2008 e foi elaborado um relatório de avaliação intercalar do projecto entregue a todos os parceiros, onde é apresentado um ponto de situação da execução do projecto (e</p>



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	<p>essencial identificar o desempenho dos professores a um nível didáctico. O ICL permite fazer uma avaliação inicial das capacidades lectivas dos professores, um acompanhamento contínuo do desempenho docente e uma avaliação final que sistematiza um conjunto de indicadores.</p> <p>O ICL possui vários indicadores organizadores em dois grupos: sub-indicadores de natureza dinâmica e sub-indicadores e natureza estática.</p> <p>Entre estes sub-indicadores estão por exemplo as competências dos professores para intervirem ao nível didáctico. Neste caso, estando os professores em formação contínua podem melhorar esse desempenho que virá a ser observado e registado por uma equipa de técnicos.</p> <p>Os sub-indicadores de natureza estática traduzem situações de contexto às quais os professores não têm qualquer influência na fase inicial do projecto. Nestes indicadores estão variáveis como as taxas de abandono escolar e resultados escolares registados no ano lectivo anterior e com os quais se inicia um novo ano escolar.» (Documento de apresentação ICL: 2008)</p>	<p>respectivos indicadores) do ponto de vista da eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade do projecto tendo em conta os seus resultados e o processo desenvolvido.</p> <p><b>IPAD:</b> Estão disponíveis indicadores de resultados qualitativos e quantitativos do Projecto +Escola. O Projecto Djunta Mon também prevê resultados quantitativos.</p>
<p><b>19.</b> Os serviços portugueses (SEF e Embaixada) deverão encontrar mecanismos mais céleres e expeditos relativamente à concessão de vistos para os alunos a quem a Cooperação Portuguesa concede bolsa de estudo. Este trabalho de articulação/agilização poderá ser equacionado e implementado no quadro da modernização da Administração Pública (SIMPLEX). <b>(SEF+Embaixada/MNE)</b></p>	<p><b>MED:</b> Sim.</p>	<p>-</p>

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.**ANEXO C – Ficha do Contraditório e de Seguimento da Avaliação de “Os Dias do Desenvolvimento” 08**

Julho 2009

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>RESPOSTA DOS SERVIÇOS</b>	<b>SEGUIMENTO</b>
1. Continuar a realizar os Dias do Desenvolvimento.	Sim, adaptando o formato e garantindo maior disponibilidade de recursos humanos	Foi dada continuidade á sua realização em 2009 com os mesmos recursos
2. Aumentar o envolvimento das instituições/organizações ligadas à problemática da cooperação e do desenvolvimento: ministérios sectoriais, câmaras municipais, associações de imigrantes, organizações e países parceiros do Sul, sector privado.	Sim, fazendo a apresentação e promoção do evento directamente ao público alvo, à excepção das Associações de imigrantes dado não se inserirem directamente na missão do IPAD e nos objectivos a que se propõe o evento, a menos que desenvolvam projectos de cooperação para o desenvolvimento.	Foram feitos contactos e a promoção do evento junto de Ministérios, Câmaras Municipais com projectos na área da cooperação, Fundações, Universidades, Institutos Politécnicos, ONGD, associações, sector privado. Foram tomadas em consideração as recomendações quanto às associações de imigrantes.
3. Repensar o local e a organização interna do evento, ponderando a hipótese de o realizar noutras cidades para além de Lisboa, eventualmente em parceria/articulação com as organizações locais existentes.	O local e a organização do evento deve ser avaliada casuisticamente, em função dos objectivos estabelecidos para o evento, do formato a definir, dos custos e da mais valia dos serviços oferecidos. A descentralizar-se poderá ser encarada a sua realização num país parceiro da cooperação, na base de uma parceria a estabelecer entre esse país em conjunto com o IPAD	Ponderada a recomendação para a realização do evento noutras cidades, verificou-se que não seria oportuno mudar quer o formato estabelecido, quer o local de realização dado que envolveria custos e recursos humanos acrescidos além de que a maioria dos “stakeholders” se vem manifestando favorável a que se mantenha o local. Iniciativas semelhantes têm sido sugeridas para descentralizar estando prevista a 1ª para o Fundão em Junho próximo ano.
4. Dar maior e mais atempada divulgação/visibilidade ao evento, através da comunicação social e/ou outros meios, de forma a atrair mais escolas e estudantes.	Sim, em particular em contacto directo junto dos públicos-alvo, em parcerias com os MEDIA e com as ONGD e Ministério da Educação, Universidades etc.	Foram estabelecidas parcerias com a DGIDC do ME, e com as Direcções Regionais de Educação (o que resultou num aumento de 550% de alunos em relação a 2008) Foi dada maior visibilidade ao evento através da contratação e uma consultora de media e comunicação que fez a divulgação do evento junto dos Media e apoiou a imprensa durante a sua realização. Foi feita publicidade em jornais (Diário Económico), televisão e rádio. Foi construído um Website, específico, para os dias do desenvolvimento. Foram estabelecidos contactos directos com as universidades, institutos politécnicos, escolas secundárias, e

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO
		com as direcções escolares dos municípios. Foram enviados convites a todos os bolseiros do IPAD para que participassem no evento.
5. Em articulação com a recomendação anterior, repensar a data de realização do evento para que o mesmo não coincida com outros eventos culturais e/ou momentos de maior ocupação da população jovem (por exemplo, exames).	Sim, em particular evitar a coincidência dos exames, e, dentro do possível, com outros eventos. Para tal é necessária uma definição superior atempada sobre a continuidade do evento, bem como da sua concepção.	Houve o cuidado de programar as datas do evento em articulação com a DGIDC, de modo a que não coincidisse com qualquer outro evento relevante para os jovens, escolas, etc.
6. Repensar a realização das conferências e dos eventos paralelos, em simultâneo, reduzindo o seu número para que todos os interessados possam participar.	Sim, mas não chega reduzir em número. É necessário o desfasamento dos horários e de critérios para a eleição do evento.	Quer as conferências, quer os eventos paralelos foram bastante reduzidos em relação a 2008 e adoptados critérios de eleição do evento. No entanto, essa redução teve de ser feita gradualmente, tendo em conta o elevado número de solicitações e insistências por parte dos ministérios e das organizações da sociedade civil.
7. Melhorar a sinalética e informação no local do evento.	Sim, nomeadamente em quantidade e qualidade, introduzindo mais sinalética vertical e a utilização das TIC.	A sinalética do evento foi melhorada através da colocação de um painel na entrada com a planta do espaço, a designação do stand e o número atribuído. Foram colocados 4 ecrãs dentro do pavilhão com a indicação permanente do programa e um ecrã gigante e colocados painéis no interior do pavilhão próximo da entrada do auditório.
8. Numa próxima iniciativa, realizar uma avaliação externa, que tenha em consideração todos os aspectos com ele relacionados.	Sim, em articulação com o IPAD.	Em contacto com o sector da avaliação e dos resultados técnicos obtidos pensa-se eventualmente não optar ainda a avaliação externa mas sim tentar a avaliação conjunta com as entidades em particular na área da educação. Poderá manter-se o questionário de avaliação a enviar às entidades.

## ANEXO D – Ficha do Contraditório da Avaliação de “Os Dias do Desenvolvimento” 09

Julho 2009

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS
<b>Aspectos gerais</b>	
1. Continuar a realizar os Dias do Desenvolvimento.	Sim introduzindo alguns acertos no formato e procurar efectivamente maior disponibilidade de recursos humanos
2. Definir os objectivos dos ODD de forma mais precisa e com metas.	Os objectivos gerais dos ODD estão definidos e devem permanecer no seu essencial. Estão a ser preparados objectivos específicos para os quais se procurará dentro do possível, introduzir metas
3. Contar, com rigor, o número de visitantes, por exemplo através da obrigatoriedade de um bilhete (grátis) para aceder ao recinto do evento.	Está a ser estudada a viabilidade de controlo automático com bilhete através de uma única entrada no recinto, dependendo a solução do local a escolher para o evento.
4. Aprofundar mais a temática da Cooperação Portuguesa, por exemplo, através de um maior envolvimento dos beneficiários/gestores dos projectos.	Sim, na senda do que foi feito em 2009, procurar-se-á responder com um maior envolvimento, dentro dos limites orçamentais disponíveis.
5. Atrair mais públicos.	Procurar-se-á manter o público já conquistado (das escolas) e envolver publico jovem de níveis etários superiores e universitários, empresas e centros de excelência ligados ao Ministério da Ciência e Ensino Superior
<b>Organização e planeamento</b>	
6. Fomentar o envolvimento de um leque mais alargado de instituições/organizações ligadas à problemática da cooperação e do desenvolvimento: ministérios sectoriais, câmaras municipais, associações de imigrantes, organizações e países parceiros do Sul, sector privado.	A grande maioria das Instituições ligadas à cooperação e desenvolvimento estão já envolvidas nos ODD podendo incidir-se acções prioritárias para reforço do envolvimento de novos Municípios com cooperação, empresas, centros de excelência e os ministérios mais activo da CP.
7. Definir a data de realização do evento para que o mesmo não coincida com outros eventos culturais e/ou momentos de maior ocupação da população jovem (por exemplo, exames).	Na senda do que já foi feito em 2009, volta-se a ter como escolha prioritária o Mês de Abril (21 e 22) por melhor salvaguardar os constrangimentos identificados (PÓS Páscoa e inicio 3º período). Dependerá da possibilidade de ter o tema do evento devido à formação do novo governo.
8. Aumentar o envolvimento dos beneficiários directos da cooperação, dando a conhecer casos concretos e seus resultados.	Dentro dos limites financeiros disponíveis sendo necessário identificar quem e quais os beneficiários da cooperação
9. Promover a realização de mais eventos culturais e diversificar as actividades de	Procurar-se-ão envolver as entidades participantes na realização

**IPAD**Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>RESPOSTA DOS SERVIÇOS</b>
animação.	de eventos culturais e de animação não recaindo apenas no IPAD, como forma de evoluir no conceito de parceria e realização conjunta dos ODD
<b>Conferências e Eventos paralelos</b>	
10. Reduzir a sobreposição dos eventos paralelos.	Estão a ser elaborados critérios com vista à candidatura a evento paralelo e sensibilização para parcerias entre entidades proponentes, Será necessário envolver mais RH passar fazer o seguimento deste assunto nas fases preparatórias
11. Garantir o cumprimento dos horários do programa, disciplinando os tempos dos oradores.	Da parte da organização os horários têm sido cumpridos devendo concentrar-se mais esforços na sensibilização das entidades responsáveis pelos respectivos eventos/conferências. Só estas poderão disciplinar os oradores
12. Melhorar a qualidade do debate, dando mais tempo e oportunidade para a participação do público.	A falta de tempo e a oportunidade de intervenção não foi constatada pela organização pelo que se procurará sensibilizar os promotores de eventos paralelos/conferências para esta questão que depende essencialmente dos moderadores
13. Aumentar o intervalo entre sessões para evitar atrasos e carência de tempo nas sessões seguintes.	Sim através do acerto do programa e eventual redução de Conferências/eventos paralelos
14. Melhorar as condições acústicas das salas, nomeadamente através da existência de som em todas elas.	Sim, registados os problemas de som a suprir, através de reforço do material e instalação de equipamento de som em todas as salas.
15. Fornecer maior informação sobre os oradores e disponibilizar as suas apresentações no website.	Sim mas será necessário a colaboração já pedida de todos ao participantes já que só possível avançar desde que os oradores fossem identificados pelos responsáveis dos eventos/conferências, aspecto para o qual terá que haver mais esforços de sensibilização sob pena não poder ser dada essa informação. Passará por dar prazos mais rígidos a preparação das conferências
<b>Stands</b>	
16. Contar, com rigor, o número de visitantes dos stands.	Essa contagem só poderá ser feita pelos próprios expositores, através de meios a identificar. A organização global só poderá fazê-lo para o evento ODD em geral
<b>Website</b>	
17. Melhorar o site, tornando-o um instrumento de informação e <i>networking</i> , actualizando-o de forma mais sistemática, aprofundando o seu conteúdo e tornando-o um instrumento de articulação entre os vários ODD.	Sim, introduzindo “helpdesk” para informações online, registo de participantes, etc. Outras informações com a rede de participantes terá que ser alimentada com informação dos próprios que tem



**IPAD**

Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.

<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>RESPOSTA DOS SERVIÇOS</b>
18. Introduzir a possibilidade de contagem de visitantes.	escasseado até ao último minuto da realização do evento alguns Sim, já referido no ponto “aspectos gerais”
19. Possibilitar a inscrição on-line das organizações, à semelhança do que já aconteceu para as escolas.	Sim, em estudo com o CINF e produtores do site “Os Dias do Desenvolvimento”
<b>Comunicação</b>	
20. Dar maior e mais atempada divulgação/visibilidade ao evento, através da comunicação social e/ou outros meios, de forma a atrair mais escolas/estudantes e outros públicos.	Ponto relacionado com os pontos 2,5,6,9 e 15, nomeadamente trabalhando públicos alvo específicos. Mais trabalho específico (RH específico) para trabalhar com os media, nomeadamente através da colocação atempada de artigos, reportagens entrevistas etc. e reforço de parcerias de mútuo interesse, bem como envolvimento dos parceiros no mesmo objectivo de visibilidade. Gastos específicos para a publicidade do evento não deverão ser reforçados. Mais utilização dos websites dos participantes.